



B Y B L O S R E S E A R C H & A D V I S O R Y

Independent macro research · Sovereign finance advisory

D O C U M E N T O B Y B L O S N . ° 1

Mapa de Coordenação de Doadores de São Tomé e Príncipe

*Mapa de referência da arquitetura multilateral, bilateral e regional de
financiamento ao desenvolvimento que atua junto da República Democrática de
São Tomé e Príncipe.*

P R E P A R E D B Y

Sam Kovacs

sam@byblosresearch.com · byblosra.com

16 de maio de 2026



SOBRE O PRESENTE DOCUMENTO

O presente documento de referência mapeia a totalidade do financiamento multilateral, bilateral e regional ao desenvolvimento, ativo ou comprometido, com destino à República Democrática de São Tomé e Príncipe, à data de meados de maio de 2026. Destina-se a servir de instrumento analítico para ministérios, entidades executoras, parceiros de desenvolvimento e observadores académicos que pretendam dispor de uma visão consolidada da arquitetura de financiamento externo do país.

O documento é apartidário. Não toma posição sobre matérias políticas santomenses, processos eleitorais ou opções de política governamental. Apresenta informação publicamente disponível, proveniente de fontes institucionais primárias, com cada afirmação reconduzida a um URL verificável no registo de fontes constante no final.

A Byblos Research & Advisory é uma sociedade independente de consultoria, registada na zona franca RAKEZ, nos Emirados Árabes Unidos, com atividade no corredor da África lusófona. A sociedade afeta parte da sua capacidade analítica a trabalho de referência de interesse público sobre a governação económica de pequenos Estados.

Para esclarecimentos ou correções factuais, contactar diretamente a Byblos Research & Advisory. Acolhemos os comentários das entidades executoras, dos gabinetes dos doadores e dos especialistas académicos aqui referenciados.

PANORÂMICA EXECUTIVA

São Tomé e Príncipe figura entre as menores economias de África, com um PIB de cerca de 828 milhões de USD ¹, uma população próxima dos 240 000 habitantes ² e uma Zona Económica Exclusiva de aproximadamente 160 000 quilómetros quadrados ³. Cerca de 95 % da produção de eletricidade depende de combustíveis fósseis importados, a taxa de acesso à eletricidade situa-se nos 84 %, as perdas técnicas e comerciais ultrapassam os 34 % e a penetração da cozinha limpa atinge os 62 % ⁴.

Não obstante esta escala reduzida, o país acolhe uma presença invulgarmente densa e diversificada de financiamento externo. Em meados de maio de 2026, o envelope identificado de financiamento externo ao desenvolvimento, ativo ou comprometido, ultrapassa os 480 milhões de USD, repartidos da seguinte forma:

- **Grupo Banco Mundial (AID):** 10 projetos em execução, num compromisso líquido total de cerca de 226 milhões de USD ⁵
- **Grupo Banco Africano de Desenvolvimento:** carteira ativa de cerca de 89 milhões de USD em 12 instrumentos (à data de 30 de novembro de 2025), acrescida de aproximadamente 80 milhões de USD em compromissos adicionais aprovados ou assinados entre novembro de 2025 e abril de 2026
- **Fundo Monetário Internacional:** Facilidade de Crédito Alargada num total de 22,94 milhões de DSE (cerca de 31,4 milhões de USD, equivalentes a 155 % da quota), aprovada em dezembro de 2024 e aumentada em dezembro de 2025 ^{6,7}
- **União Europeia:** Programa Indicativo Plurianual 2021-2027 (13 milhões de EUR para a dotação inicial de 2021-2024; dotação para 2025-2027 fixada pela revisão intercalar de 2024 em cerca de 4,3 milhões de EUR por ano, segundo as tabelas do programa do FMI), acrescido de programas regionais (cerca de 5,3 milhões de EUR) e do Acordo de Parceria no domínio da Pesca Sustentável 2025-2029 (825 000 EUR por ano) ⁸
- **FIDA:** projeto SIAS com um custo total de 15 milhões de EUR (subvenção direta do FIDA de 4,6 milhões de EUR), aprovado em dezembro de 2025
- **Fundo da OPEP:** o Quadro Estratégico 2030 contempla a cozinha limpa como pilar prioritário. Na cimeira da Missão 300, realizada em Dar es Salaam em janeiro de 2025, o Fundo da OPEP anunciou um compromisso de até 2 mil milhões de USD em financiamento ao abrigo da Missão 300. São Tomé e Príncipe lançou o seu Pacto Energético Nacional na Coorte 2 a 24 de setembro de 2025, à margem da AGNU 80, em Nova Iorque; segundo o Boletim Trimestral do Fundo da OPEP relativo ao 1.º trimestre de 2025, a execução da Missão 300 teve início, no plano operacional, em cinco países pioneiros, entre os quais São Tomé e Príncipe (a par do Burundi, Ruanda, Somália e Tanzânia), previamente ao lançamento formal do Pacto da Coorte 2.
- **Banco Europeu de Investimento (BEI Global):** São Tomé e Príncipe confirmado como país beneficiário em 2025 (montantes específicos não divulgados); compromisso da Missão 300 no



valor de mil milhões de EUR para energias renováveis na África Subsariana, anunciado em março de 2026

- **Parceiros bilaterais:** China, Portugal, Japão, França, BADEA, Timor-Leste, com fluxos combinados de 20 a 25 milhões de USD por ano até 2030, segundo as tabelas do programa do FMI

O presente documento mapeia estes fluxos em detalhe, por setor e por contraparte, e identifica os titulares designados, as entidades executoras e os acordos assinados subjacentes a cada rubrica. Apresenta igualmente, a título de contexto descritivo e não de análise, a composição do executivo do XIX Governo Constitucional, empossado a 14 de janeiro de 2025, o calendário eleitoral de 2026 confirmado (presidenciais a 19 de julho, legislativas a 27 de setembro) e a dinâmica parlamentar que condiciona a continuidade das contrapartes governamentais. Não procura projetar fluxos futuros nem avaliar a eficácia das políticas.

SECÇÃO 1: FINANCIAMENTO MULTILATERAL DO DESENVOLVIMENTO

1.1 O Grupo Banco Mundial

O Banco Mundial é o maior parceiro externo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe em termos de volume. A parceria está ancorada no Quadro de Parceria Estratégica para o período 2024-2029, aprovado pelo Conselho do Grupo Banco Mundial em janeiro de 2024, e estrutura-se em torno de cinco pilares: acesso e acessibilidade económica à eletricidade, gestão das finanças públicas, educação e qualificações, conectividade rodoviária e digital, bem como resiliência climática costeira. ⁹

Contrapartes seniores:

- **Albert G. Zeufack**, Diretor de Divisão para Angola, Burundi, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe (sediado em Kinshasa, RDC; em funções desde julho de 2022)
- **Juan Carlos Alvarez**, Gerente Nacional para Angola e São Tomé e Príncipe
- **Wilson Mbanino Piassa**, ponto de contacto para esclarecimentos e pedidos de informação no Escritório de Luanda: +244 222 393 389, wpiassa@worldbank.org
- **Representação no país:** Avenida das Nações Unidas, Prédio das Nações Unidas, C.P. 109, São Tomé
- **Questões relativas aos projetos:** saotomealert@worldbank.org

Os 10 projetos AID em execução (à data de meados de maio de 2026), num compromisso líquido total de 226 milhões de USD:

ID	Projeto	Aprovação	Encerramento	Notas
P177099	Acesso a Energia Limpa e Resiliente no âmbito do ASCENT (operação-mãe)	nov. 2023	dez. 2028	Custo total do projeto: 60,70 milhões de USD: subvenção AID 38 milhões de USD, cofinanciamento do BAfD 13 milhões de USD, ESMAP 6,9 milhões de USD, PHRD do Japão 2,8 milhões de USD; Chefes de Equipa de Tarefa: Samuel Oguah, Leonardo Kilele Tshama
P509853	Financiamento adicional do ASCENT	jun. 2025	dez. 2028	7,8 milhões de USD, AID E4890 (5,9 milhões de DSE); assinado por Albert G. Zeufack a 27 de junho de 2025 ¹⁰
P177158	São Tomé e Príncipe Digital	jun. 2022	jun. 2027	AID + GIF; 7,71 milhões de USD desembolsados até mar. de 2025



ID	Projeto	Aprovação	Encerramento	Notas
P180982 / P508829	Projeto de Resiliência Costeira e Turismo Sustentável	abr. 2024 / jun. 2025	a definir	Nova tranche de financiamento em junho de 2025
P162129 / P174153	Projeto de Reforço de Capacidades Institucionais + FA	maio 2018 / maio 2021	a definir	Reforço da GFP
P163088 / P174539 / P178018 / P511390	Proteção Social (multifase)	set. 2018 / mar. 2021 / maio 2022 / set. 2025	a definir	Transferências monetárias a 6 000 agregados familiares
P169222 / P507797	Empoderamento das Raparigas e Educação de Qualidade para Todos	dez. 2020 / mar. 2025	a definir	3 574 alunos abrangidos
P506269	Salvaguarda do Acesso a Recursos Orçamentais e Educativos	jul. 2024	a definir	
P178353 / P508575	Segundo Projeto de Desenvolvimento do Setor dos Transportes e Proteção Costeira	ago. 2025 / jun. 2025	a definir	Reabilitação rodoviária com sensibilidade climática
P508911	OPD de Sustentabilidade de Orçamental, Acesso à Energia e Conectividade	abr. 2026		Apoio orçamental sob a forma de OPD; condicionalidade de reforma nos setores energético e digital

ID	Projeto	Aprovação	Encerramento	Notas
	Digital			

Modalidades de execução: A maioria dos projetos do BM é executada por intermédio dos ministérios setoriais (MOPIRINA para a energia, infraestruturas e digital; MEEF para as operações orçamentais; ministérios da educação e da proteção social para os projetos de capital humano). A gestão fiduciária é delegada na **AFAP** (Agência Fiduciária de Administração de Projetos), agência nacional de administração de projetos desde 2004, localizada na Avenida Kwame N'krumah, Prédio do Afriland First Bank, 2.º e 3.º andares, C.P. 1029, São Tomé. Diretor-Geral da AFAP: **Hélio Silva Vaz de Almeida**, em funções ao longo de 2024-2026; antigo Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe (2016-2019) e primeiro nomeado do partido ADI para o cargo de Primeiro-Ministro em janeiro de 2025 (rejeitado pelo Presidente Vila Nova). À data de novembro de 2025, a AFAP declarava gerir 12 projetos em execução, representando cerca de 220 milhões de USD em financiamento externo nas áreas das infraestruturas, finanças, ambiente e salvaguardas sociais. Segundo comunicação da própria AFAP em março de 2026, a carteira do Banco Mundial sob gestão da AFAP compreende 8 projetos em execução acima de 187 milhões de USD; trata-se de um subconjunto do total de 10 operações ativas a 226 milhões de USD contabilizadas pela página de país do BM (a diferença reflete convenções de contagem distintas e financiamentos adicionais recentes). A taxa de desembolso da AFAP em 2025, de 43 %, foi assinalada pelo Gerente Nacional do BM, Juan Carlos Alvarez, como a melhor da região África do Banco Mundial.¹¹

Atuação da IFC: A IFC (braço do Grupo Banco Mundial para o setor privado) mantém uma presença consultiva de longa data na reestruturação financeira da EMAE, conforme documentado pelo Grupo de Avaliação Independente do BM. A IFC é referida no relatório técnico da Segunda Revisão do FMI como patrocinadora da próxima operação solar com apoio da IFC em São Tomé. Vice-Presidente da IFC para África: **Ethiopsis Tafara** (nacional dos EUA de origem etíope; nomeado em 1 de abril de 2025; anteriormente Vice-Presidente, Diretor Principal de Risco, Assuntos Jurídicos e Sustentabilidade da MIGA e Vice-Presidente e Consultor Jurídico Geral da IFC; sediado em Nairobi).¹² O seu predecessor, **Sérgio Pimenta** (luso-francês), exerceu funções de Vice-Presidente da IFC para África até abril de 2025, deslocou-se a São Tomé em agosto de 2023 para fazer avançar a agenda do Pacto Lusófono e foi entretanto nomeado CEO do Africa50 Infrastructure Acceleration Fund (Africa50 IAF), com efeitos a 30 de setembro de 2025.¹³ A IFC associou-se à Release by Scatec em dezembro de 2023 num pacote de financiamento misto de 100 milhões de USD, acrescido de uma facilidade de garantia de 65 milhões de USD para o acesso a energia na África Subsariana (no quadro das modalidades de seguro político do Grupo Banco Mundial / MIGA); o mesmo modelo Release está a ser aplicado em São Tomé através da central de Água Casada, de 11 MWp (assinada a 11 de novembro de 2025 pela EMAE com a Release by Scatec, tendo como CEO Hans Olav Kvalvaag; prevê-se que reduza o consumo de gasóleo e evite 13 000 toneladas de emissões de CO₂ por ano, ao abrigo de uma estrutura de *lease-to-own* segundo a qual a propriedade é transferida para a



EMAE ao fim de 15 anos). A Release by Scatec é detida em 68 % pela Scatec ASA e em 32 % pela Climate Fund Managers, através do Climate Investor One Fund.

O Quadro de Parceria Estratégica para o período 2024-2029 é o documento operativo da estratégia do BM, disponível no portal documental do Banco Mundial.

1.2 O Grupo Banco Africano de Desenvolvimento

O BAfD descreveu historicamente a sua carteira em São Tomé e Príncipe como sendo de 72 milhões de EUR (de acordo com o seminário de Revisão de Desempenho da Carteira de País realizado em outubro de 2025). À data de 30 de novembro de 2025, a carteira ativa totalizava aproximadamente 89,4 milhões de USD em 12 instrumentos de financiamento, com uma idade média de 4,2 anos e um rácio de desembolso de 49,5 %. ¹⁴

No período de novembro de 2025 a abril de 2026, o BAfD aprovou ou assinou cerca de 80 milhões de USD em financiamento adicional, alargando substancialmente a sua presença.

Contrapartes seniores:

- **Pietro Toigo**, Gerente Nacional para Angola e São Tomé e Príncipe
- **Neeraj Vij**, Gerente de Setor Regional, Indústria, Agricultura e Desenvolvimento Humano (Região da África Austral)
- **Alexandre Felisberto Mateus**, Economista Sénior de País para São Tomé e Príncipe
- **Dr. Sidi Ould Tah**, Presidente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (Abidjan), empossado a 1 de setembro de 2025 como nono presidente da instituição. Eleito a 29 de maio de 2025 com 76,18 % dos votos dos acionistas (a maior margem de primeiro mandato da história do Banco), sucedendo ao Dr. Akinwumi A. Adesina, que concluiu os seus dois mandatos. De nacionalidade mauritana, Tah exerceu anteriormente funções de Presidente do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA), entre 2015 e 2025, e de Ministro dos Assuntos Económicos e das Finanças da Mauritânia. O seu quadro «Quatro Pontos Cardeais» para os primeiros 100 dias contempla: escuta atenta, reforma acelerada, aprofundamento das parcerias e aceleração de soluções concretas. ¹⁵

Principais compromissos recentes:

Projeto	Montante	Aprovação/ Assinatura	Notas
Programa de Transição, Eficiência e Expansão Energética	Subvenção de 24,5 milhões de USD num pacote total de 30 milhões de USD	23 de abril de 2026	4 MWp solar + 2 MWh BESS no Príncipe; 1 000 luminárias LED em São Tomé; 40 000 contadores pré-pagos; modernização do centro de despacho; execução de maio de 2026 a novembro de 2031 ¹⁶

Projeto	Montante	Aprovação/ Assinatura	Notas
(ETREEP)			
Programa de Reabilitação e Manutenção das Infraestruturas de Pesca e Economia Azul (BEFIRM)	Subvenção de 21,9 milhões de USD	19 de dezembro de 2025	Janela de Prevenção da Facilidade de Apoio à Transição + FAD; reabilita os portos pesqueiros de Neves, Porto Alegre e Chimaelo; beneficia diretamente 30 000 pessoas e indiretamente 100 000 ¹⁷
Programa de Sustentabilidade Orçamental e Resiliência, segunda fase (FSERP II)	Subvenção de 7,9 milhões de USD	Aprovada a 31 de março de 2025	Facilidade de Apoio à Transição; apoio orçamental; reformas da receita e da despesa pública e preparação da reforma do setor energético ¹⁸
Programa de Sustentabilidade Orçamental e Resiliência, Financiamento Suplementar (FSERP-SF, terceira fase)	7,5 milhões de USD	Assinado a 15 de dezembro de 2025 (Bruxelas)	Suplemento do Fundo Fiduciário da Nigéria; valor cumulativo do programa de 20 milhões de USD em dois anos; pilares: sustentabilidade orçamental + transição do setor energético; reformas em matéria de contratação pública, alfândegas e gestão da dívida ¹⁹
PRIASA III (Cogestão de Extremos Climáticos para a Resiliência da Agricultura e da Pesca)	10 milhões de USD do BAfD + 8,9 milhões de USD do FAM LDCF = 18,9 milhões de USD no total	Assinado a 15 de dezembro de 2025 (Bruxelas)	Adaptação climática para agricultura/pescas; fevereiro de 2024 a dezembro de 2029 ²⁰
Facilidade de Preparação do Projeto NEW-ERA	1,4 milhões de USD	Assinado a 15 de dezembro de 2025 (Bruxelas)	Preparação do Nexo Água-Energia-Segurança Alimentar
Programa de Transição Energética e Apoio Institucional (ETISP)	12,46 milhões de EUR	Aprovado em janeiro de 2020	Programa energético anterior. Central fotovoltaica de Santo Amaro (1,7 MWp no total): a primeira fase, de 0,5 MWp, foi financiada pelo PNUD e entrou em serviço no final de 2022 (primeira central solar ligada à rede de São Tomé e Príncipe); a expansão de 1,2 MWp financiada pelo ETISP (originalmente lançada a concurso em 1,5

Projeto	Montante	Aprovação/ Assinatura	Notas
			MWp) foi construída pela JIVO Energy e entrou em serviço em maio de 2025, com 3 anos de O&M pós-comissionamento. Reabilitação da mini-hídrica do Papagaio, no Príncipe (capacidade de cerca de 1 MW); financia também a modernização do aeroporto e os sistemas informáticos de GFP. Execução prolongada; encerramento em curso ^{21,22,23}

O seminário de RDCP de outubro de 2025 reuniu os Ministros Guadalupe, Garrido e Cardoso com representantes da ONU, FMI, Banco Mundial e UE. O futuro Plano Nacional de Desenvolvimento 2026-2030 (PND) foi identificado como a âncora estratégica para o envolvimento futuro com o BAfD. À data de março de 2025, o PND encontrava-se estruturado em 43 programas, tendo o Ministro Guadalupe definido como meta a sua aprovação enquanto lei do parlamento e o alinhamento do Orçamento Geral do Estado com os respetivos programas. O PND complementa dois documentos estratégicos paralelos: a **Visão 2030** (quadro de médio prazo existente) e a emergente **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2026-2040** (quadro de longo prazo).

SEFA (Fundo de Energia Sustentável para África): fundo multidoador gerido pelo BAfD. A Alemanha e a Itália assumiram, na COP30, compromissos de cerca de 50 milhões de EUR em novembro de 2025 para reforçar a Missão 300 e a atividade no setor energético africano. São Tomé e Príncipe está posicionado para aceder ao SEFA através do ETREEP e de operações subsequentes. ²⁴

1.3 O Fundo Monetário Internacional

A Facilidade de Crédito Alargada (FCA) do FMI, aprovada a 19 de dezembro de 2024, constitui a âncora macroeconómica de toda a relação com os doadores. O acordo foi aumentado e prorrogado a 19 de dezembro de 2025, na sequência da Segunda Revisão. Parâmetros atuais:

- **Duração:** inicialmente de 40 meses, prorrogada para 52 meses (até abril de 2029)
- **Acesso total:** 22,94 milhões de DSE (cerca de 31,4 milhões de USD, equivalentes a 155 % da quota) [montante inicial de 18,5 milhões de DSE, equivalentes a 125 % da quota, aprovado em dezembro de 2024; aumentado em 4,44 milhões de DSE (30 % da quota) na Segunda Revisão, a 19 de dezembro de 2025]
- **Desembolso cumulativo à data:** cerca de 13,7 milhões de USD
- **Missão da Terceira Revisão concluída a 8 de abril de 2026;** discussão pelo Conselho prevista para o período das Reuniões da Primavera ou subsequente ²⁵

Contrapartes do FMI:

- **Slavi Slavov**, Chefe de Missão
- **Gustavo Ramirez**, Representante Residente
- A equipa de missão inclui Mesmin Koulet-Vickot, Tsolo Lehata, Abolfazl Rezghi (AFR), Sanghamitra Mukherjee (SPR) e Hector Carcel-Villanova (STA)

Estrutura do programa (configuração da Segunda Revisão, quadro 4 do MEFP):

O acordo rege-se por onze referências estruturais (SB), além de quatro critérios de desempenho quantitativos e três metas indicativas. As referências estruturais são:

- SB1, fixação trimestral dos preços dos combustíveis, no quadro do mecanismo de fórmula GAMAP
- SB2, revogação da Lei dos Incentivos Temporários ao Investimento (atualmente, ação prévia)
- SB3, promulgação da nova Lei da Contratação Pública
- SB4, plano trimestral de tesouraria orçamental
- SB5, publicação das contas financeiras de 2023 com parecer do Tribunal de Contas
- SB6, publicação das contas financeiras de 2024 com parecer do Tribunal de Contas
- SB7, leilões de Certificados de Depósito do BCSTP para gestão do excesso de reservas
- SB8, contas financeiras do BCSTP do exercício de 2025 em IFRS
- SB9, manutenção da publicação trimestral dos indicadores-chave de desempenho da EMAE
- SB10, assinatura do contrato de concessão para as operações comerciais da EMAE
- SB11, plano para a remoção das companhias aéreas certificadas localmente da Lista Negra de Segurança Aérea da UE

Indicadores macroeconómicos segundo os relatórios mais recentes do FMI e do BCSTP:

- **Crescimento real do PIB em 2025:** a Terceira Revisão do FMI (abril de 2026) indica que o crescimento «permaneceu moderado, em 1 %, em 2025», correspondendo a uma revisão em baixa face às projeções de 2,9 % da Primeira Revisão (maio de 2025) e de 2,1 % da Segunda Revisão (novembro de 2025). A página de país do Banco Mundial continua a apresentar 2,1 % como estimativa para 2025. O valor de 1 % do FMI reflete a avaliação supervisora mais recente.
- **Projeção para 2026:** 3,9 % (previsão da Segunda/Terceira Revisão do FMI; conflito no Médio Oriente sinalizado como risco)
- **Inflação em 2025:** 10,3 % (página de país do BM, média de 2025); a Terceira Revisão do FMI (abril de 2026) caracteriza a inflação como tendo «recuado para níveis de um dígito», em parte devido a uma postura monetária restritiva; prevê-se a sua descida para cerca de 5 % entre 2027 e 2028
- **Défice da conta corrente em 2025:** 6,3 % do PIB

- **Reservas externas no final de 2025:** 69 milhões de USD (face a 39 milhões de USD no final de 2024)
- **Dívida pública e publicamente garantida:** 56,5 % do PIB (face a 65,2 % em 2024)
- **Défice orçamental (base de caixa):** 1,5 % do PIB em 2024-25 (face a 3,9 % em 2022-23)
- **Orçamento de Estado para 2026:** 233 milhões de EUR (face a 265 milhões de EUR em 2025); aprovado em primeira leitura a 6 de fevereiro de 2026, com o apoio da oposição, após a retenção de votos pela maioria da ADI ²⁶

1.4 A União Europeia

A parceria com a UE rege-se pelo Acordo de Samoa (quadro pós-Cotonou para os países de África, Caraíbas e Pacífico). A Delegação da UE opera a partir de Libreville, no Gabão, com uma representação em São Tomé, sendo a sua acreditação extensiva à CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central).

Contrapartes:

- **Cécile Abadie**, Embaixadora da UE junto do Gabão, de São Tomé e Príncipe e da CEEAC (sediada em Libreville). Apresentou as suas cartas credenciais ao Chefe de Estado gabonês a 1 de fevereiro de 2024, sucedendo a Rosario Bento Pais. Percurso anterior: Divisão de Sanções do Serviço Diplomático da UE e Delegação da UE em Marrocos; mais de 20 anos em relações externas da UE. ²⁷
- A UE coordena-se ainda com a presença da Embaixada de Portugal em São Tomé e com as embaixadas dos Estados-Membros sediadas em Libreville (Alemanha, França, Itália e Espanha)

Compromissos em curso:

- **Programa Indicativo Plurianual 2021-2027** (instrumento Global Europe): envelope nacional de 13 milhões de EUR para a dotação inicial de 2021-2024, centrado em três áreas prioritárias: Governança e Democracia (reforma judicial), Transição Verde e Desenvolvimento Humano. A dotação nacional para 2025-2027 foi determinada pela revisão intercalar realizada em 2024; as tabelas do programa do FMI projetam cerca de 4,3 milhões de EUR por ano para esta segunda janela, embora o envelope exato pós-revisão não tenha sido publicamente desagregado para São Tomé e Príncipe.
- **Programas regionais com impacto em São Tomé e Príncipe:** cerca de 5,3 milhões de EUR, entre os quais:
 - Programa para os países lusófonos (transparência nas instituições públicas, justiça, cultura)
 - Programa Oceano Sustentável e Economia Azul na África Central (ODEBAC)
- **Acordo de Parceria no domínio da Pesca Sustentável 2025-2029:** o novo protocolo quadrienal foi assinado em outubro de 2025 pelo Embaixador José Cassandra (Embaixador de São Tomé e Príncipe junto da UE) e por Charlina Vitcheva (Diretora-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas, DG MARE), aplicando-se provisoriamente desde 6 de outubro de 2025, na pendência da ratificação

plena pelo Parlamento Europeu. O acordo substitui o protocolo anterior, cuja vigência caducou em dezembro de 2024. O Comissário da UE responsável pelas Pescas e Oceanos é Costas Kadis.⁸

Termos principais:

- Contribuição financeira da UE: 825 000 EUR por ano (3,3 milhões de EUR no total, ao longo de 4 anos), dos quais 500 000 EUR/ano se destinam especificamente à gestão sustentável das pescas, à fiscalização e vigilância, à pesca artesanal e às comunidades piscatórias locais
- Possibilidades totais de pesca: cerca de 6 500 toneladas de atum e espécies migratórias por ano
- Taxa por captura: 85 EUR por tonelada capturada
- Atuneiro cercador, adiantamento: 11 050 EUR por embarcação e por ano (equivalente a 130 toneladas)
- Palangreiro de superfície, adiantamento: 3 995 EUR por embarcação e por ano (equivalente a 47 toneladas)
- Embarcações de apoio: 3 500 EUR/ano
- Taxas de observadores: 250 EUR/embarcação
- Embarcações de França, Espanha e Portugal autorizadas em águas de São Tomé e Príncipe
- Em paralelo, as embarcações espanholas da associação AGAC (desde 2017) operam ao abrigo de um acordo privado distinto com o Governo de São Tomé e Príncipe, pagando uma taxa fixa de acesso de 54 000 EUR/embarcação, autónoma do APPS
- **Diálogo de Parceria UE-STP:** encontro anual de alto nível; a sessão de 14 de maio de 2024 incidiu sobre governação, política energética, clima, biodiversidade, pescas, segurança marítima e dinâmicas regionais da África Central. A próxima sessão é esperada para 2026.
- São Tomé e Príncipe tornou-se país candidato à **Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI)** em dezembro de 2023.

1.5 O Grupo Banco Europeu de Investimento (BEI Global)

O BEI Global, o braço especializado do BEI para o financiamento ao desenvolvimento e para as parcerias internacionais, mobilizou cerca de 9 mil milhões de EUR fora da União Europeia em 2025, dos quais 3,1 mil milhões de EUR em África. São Tomé e Príncipe foi explicitamente referido pela Presidente do Grupo BEI, Nadia Calviño, no comunicado de imprensa relativo aos resultados anuais de fevereiro de 2026, como país beneficiário (no escalão dos países de menor dimensão, a par da Gâmbia e de Cabo Verde). Os montantes específicos para São Tomé e Príncipe não foram divulgados em comunicados públicos do BEI. A atividade orienta-se tipicamente para linhas de crédito a PME e está alinhada com a estratégia Global Gateway da UE.²⁸

Em março de 2026, no Fórum do Grupo BEI no Luxemburgo, a Presidente Calviño anunciou que **o BEI Global se comprometerá a financiar mais de mil milhões de EUR em projetos de energias renováveis na**

África Subsariana, em apoio aos objetivos da Missão 300, designadamente centrais hidroelétricas, solares e eólicas, bem como redes energéticas. Este compromisso para a África Subsariana inscreve-se num envelope mais amplo do BEI, de 2 mil milhões de EUR, para as energias renováveis em África ao longo de dois anos. Tendo em conta o estatuto de São Tomé e Príncipe como país da Coorte 2 da Missão 300, com Pacto Energético Nacional assinado, a facilidade Missão 300 do BEI Global constitui um canal natural para o financiamento energético de São Tomé e Príncipe.

Contrapartes seniores:

- **Nadia Calviño**, Presidente do Grupo BEI (nomeada a 1 de janeiro de 2024; anteriormente integrou o Governo de Espanha entre junho de 2018 e dezembro de 2023, terminando o mandato como Primeira Vice-Presidente e Ministra da Economia, Comércio e Empresa; presidiu ao Comité Monetário e Financeiro Internacional do FMI entre 2022 e 2023; com carreira anterior na Comissão Europeia, designadamente como Diretora-Geral do Orçamento da UE entre 2014 e 2018) ²⁹
- **Ambroise Fayolle**, Vice-Presidente do BEI (BEI Global; conjuntamente responsável pela África Subsariana com o Vice-Presidente Thomas Östros)
- O BEI Global é o braço de parcerias internacionais e financiamento ao desenvolvimento do BEI

O BEI participou no Fórum de Investimento de São Tomé e Príncipe, realizado em Bruxelas em dezembro de 2025. São Tomé e Príncipe integra a Plataforma de Investimento África do BEI. A presença existente de assistência técnica do BEI inclui o projeto de abastecimento de água da EMAE (Call AA-010732001).

1.6 FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola)

O FIDA apoia o desenvolvimento rural em São Tomé e Príncipe desde 1985. Envolvimento cumulativo: 8 projetos, com um custo total superior a 86 milhões de USD, dos quais o FIDA investiu diretamente mais de 41 milhões de USD, alcançando cerca de 35 000 agregados familiares rurais. ³⁰

Operações em curso:

Transição para Sistemas Alimentares Sustentáveis e Nutritivos (SIAS), aprovado a 5 de dezembro de 2025 (aprovação pelo Conselho de Administração ao abrigo do procedimento de não objeção EB 2025/LOT/P.16); contrato de subvenção assinado em fevereiro de 2026, no 49.º Conselho de Governadores do FIDA, em Roma ³¹

- ID do projeto: 2000004947
- Custo total do projeto: 17,14 milhões de USD (cerca de 15 milhões de EUR)
- Financiamento do FIDA: subvenção DSF de 5,3 milhões de USD (cerca de 4,6 milhões de EUR à taxa de câmbio em vigor à data da assinatura)
- Cofinanciadores: Fundo de Adaptação, Fundo para o Ambiente Mundial (FAM), Governo de São Tomé e Príncipe e contribuições dos beneficiários

- Duração: 6 anos (período do programa de 2025 a 2032, segundo a página do projeto do FIDA)
- População-alvo: 5 500 agregados familiares rurais (cerca de 22 000 pessoas) em 69 comunidades de São Tomé e Príncipe

Projeto de Comercialização, Produção Agrícola e Nutrição (COMPRAN), contrato de financiamento original assinado em julho de 2020; encerramento previsto para 2026

- ID do projeto: 2000001937
- Parâmetros originais de 2020, segundo comunicado de imprensa do FIDA: custo total do projeto de 19,2 milhões de EUR; financiamento do FIDA de 4,85 milhões de EUR (empréstimo de 0,97 milhões de EUR + subvenção DSF de 3,88 milhões de EUR, equivalentes a cerca de 5,33 milhões de USD); Governo de São Tomé e Príncipe, 0,4 milhões de EUR; beneficiários, 0,5 milhões de EUR
- Financiamento Adicional aprovado em dezembro de 2022 (EB 2022/LOT/P.7), aumentando substancialmente a contribuição do FIDA e o envelope global, com cofinanciadores adicionais (Fundo de Adaptação e FAM). A página atual do projeto do FIDA reflete os totais pós-FA
- Assinado por Donal Brown (Vice-Presidente Associado do FIDA para a Gestão de Programas) e Osvaldo Tavares dos Santos Vaz (à data, Ministro das Finanças de São Tomé e Príncipe)
- Diretora de País do FIDA à data da assinatura original: Emime Ndiokubwayo
- Ponto de contacto do projeto: Rachel Senn (atual Diretora de País, Divisão da África Ocidental e Central)
- Metas: 50 % de participação juvenil (em resposta a uma taxa de desemprego juvenil de 69 %); financia 35 planos de negócios cooperativos, 1 500 microprojetos e 700 microempresas juvenis

Programas anteriores e complementares:

- PAPAFA (Programa Participativo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Pesca Artesanal)
- PAPAC (Programa de Apoio Participativo à Agricultura Comercial)
- Programas anteriores revitalizaram as fileiras do cacau, café, baunilha e pimenta para mercados de exportação biológica

Contrapartes:

- **Géardine Mukeshimana**, Vice-Presidente do FIDA (assinou a subvenção SIAS no 49.º Conselho de Governadores do FIDA, em Roma)
- **Alvaro Lario**, Presidente do FIDA
- **Rachel Senn**, Diretora de País do FIDA para São Tomé e Príncipe (Divisão da África Ocidental e Central)
- **Sana F. K. Jatta**, Diretora Regional (ad interim), Divisão da África Ocidental e Central (segundo o EB 2022/LOT/P.7)

- **Emime Ndiokubwayo**, Diretora de País do FIDA à data da assinatura original do COMPRAN (2020)

A Nota de Estratégia de País 2025-2026 é o documento operativo da estratégia do FIDA. ³²

1.7 O Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional

A instituição abandonou a sigla «OFID» em 2020 e é oficialmente designada Fundo da OPEP. O seu Quadro Estratégico 2030 elege a cozinha limpa como pilar emblemático, sendo São Tomé e Príncipe abrangido pela carteira africana do Fundo. A primeira operação de financiamento à cozinha limpa do Fundo da OPEP (35 milhões de USD para o SMART Clean Cooking Project em Madagáscar, financiado em paralelo com o programa ASCENT do Banco Mundial) estabelece o modelo institucional. O Relatório de 2024 do Fundo da OPEP sobre Cozinha Limpa identifica a cozinha limpa como uma prioridade central de ação climática. ³³

Em janeiro de 2025, na cimeira da Missão 300, organizada em Dar es Salaam pelo Grupo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo da OPEP anunciou um compromisso de até 2 mil milhões de USD em financiamento ao abrigo da Missão 300, um compromisso substancial à altura da ambição da iniciativa, que consiste em ligar 300 milhões de subsarianos à eletricidade até 2030. Com particular relevância para São Tomé e Príncipe: segundo o Boletim Trimestral do Fundo da OPEP relativo ao 1.º trimestre de 2025, a execução da Missão 300 teve início, no plano operacional, em cinco países pioneiros, entre os quais São Tomé e Príncipe (a par do Burundi, Ruanda, Somália e Tanzânia). O Pacto Energético Nacional de São Tomé e Príncipe foi formalmente apresentado, no quadro da Coorte 2, a 24 de setembro de 2025, à margem da AGNU 80 em Nova Iorque, no Fórum Global Bloomberg Philanthropies, em conjunto com outros 16 países africanos.

Contrapartes seniores:

- **Dr. Abdulhamid Alkhalifa**, Presidente do Fundo da OPEP (Viena)
- **Mahmoud Khene**, Diretor para a África Ocidental e Central (a unidade regional relevante para São Tomé e Príncipe)

Compromissos de financiamento climático: pelo menos 25 % do novo financiamento até 2025, subindo para 40 % até 2030. O Climate Finance and Energy Innovation Hub é o veículo operativo. À data de meados de maio de 2026, não foi tornado público qualquer projeto do Fundo da OPEP para São Tomé e Príncipe; o país está incluído no *pipeline* indicativo através da carteira africana e do quadro da Missão 300.

1.8 ATIDI, TDB e a arquitetura regional ASCENT

O programa ASCENT é uma facilidade regional programática multifase, de 5 mil milhões de USD (lançada pelo COMESA e pelo Banco Mundial em Lusaka, em junho de 2024), que visa o acesso à eletricidade e à cozinha limpa para 100 milhões de pessoas na África Oriental e Austral. No quadro do ASCENT, operam (ou estão em preparação) duas plataformas regionais de financiamento ao acesso energético, com instituições executoras distintas:

ASCENT REAF (P181328), a facilidade existente, aprovada em novembro de 2023, com uma afetação total da AID de 275 milhões de USD, acrescida de 19 milhões de USD em financiamento por subvenção. A instituição executora é o **TDB** (Eastern and Southern African Trade and Development Bank, com sede dupla em Bujumbura, no Burundi, e em Ebene, nas Maurícias, e representações regionais em Nairobi, Harare, Adis Abeba e Kinshasa), servindo 25 Estados-membros, com ativos próximos dos 10 mil milhões de USD. O ASCENT REAF estrutura-se em torno do financiamento da dívida para empresas de energia renovável distribuída e de cozinha limpa, do Financiamento por Resultados (com um envelope de 12 milhões de USD gerido pela Trade and Development Foundation, subsidiária do TDB, TDF) e de uma Facilidade de Assistência Técnica. Os primeiros desembolsos de FBR foram efetuados em 2025 a cinco empresas beneficiárias (BioLite, BURN, Ignite Energy Access, RDG, Yellow), com o objetivo de distribuir mais de 350 000 sistemas solares domésticos e fogões limpos. O financiamento adicional (junho de 2025) introduz uma componente de investimento em capital próprio através da Zafiri. A Odyssey Energy Solutions é a parceira da plataforma digital. Contacto no TDB: Abraham Byanyima, Tesoureiro Executivo (sediado em Nairobi).

ASCENT REAF-2, Facilidades de Mitigação de Risco (P513432), a futura facilidade complementar, com a aprovação pelo Conselho do BM prevista para 20 de agosto de 2026: ³⁴

- Custo total da operação: 345 milhões de USD
- Dos quais BIRD/AID: garantia de 25 milhões de USD na Janela de Escalonamento
- Subvenções e assistência técnica do GCF: 50 milhões de USD
- Fundos fiduciários: 15 milhões de USD
- Países beneficiários: 22 na África Oriental e Austral, entre os quais São Tomé e Príncipe

O REAF-2 integra dois instrumentos:

- **Facilidade de Partilha de Riscos (RSF)**: garantias parciais de crédito a instituições financeiras participantes, em benefício de empresas de energia renovável distribuída e de cozinha limpa; cobertura de 50 a 75 %; prazo de 15 anos; expectativa de mobilização de cerca de 260 milhões de USD em capital privado
- **Facilidade de Mitigação do Risco de Carbono (CRMF)**: garantia de preço-piso para reduções de emissões verificadas em projetos de ERD/cozinha limpa; valor indicativo de 35 milhões de USD

Segundo o Documento de Informação do Projeto REAF-2 do BM (março de 2026): «o ATIDI está bem posicionado para gerir a RSF», embora «não disponha ainda de experiência no mercado do carbono no que respeita à gestão da CRMF; encontram-se em curso negociações para finalizar as modalidades de execução e a afetação de riscos». **O ATIDI é, por conseguinte, a instituição executora candidata para a componente RSF**; as modalidades de execução da CRMF permanecem por confirmar em sede de apreciação. São Tomé e Príncipe não é, atualmente, membro do ATIDI (cuja base é constituída por 24 Estados africanos; Angola aderiu em abril de 2023, como primeiro membro lusófono). ³⁵ A participação

estrutural do país na facilidade, dada a sua condição de não membro, está a ser desenhada com recurso a modalidades inovadoras, entre as quais «a emissão a uma organização regional sem indemnizações imputadas aos países-membros». Será necessário um contacto direto com o ATIDI em Nairobi para esclarecer os termos de adesão e as modalidades de participação.

Contrapartes:

- **Manuel Moses**, Diretor-Executivo do ATIDI (sede em Nairobi)
- **Abraham Byanyima**, Tesoureiro Executivo, TDB (para o ASCENT REAF P181328 já existente)

1.9 FAM (Fundo para o Ambiente Mundial)

O Fundo para o Ambiente Mundial contribui para São Tomé e Príncipe através do cofinanciamento com as suas agências executoras (BAfD, FIDA). Participação recente e em curso do FAM:

- PRIASA III, 8,9 milhões de USD do Fundo para os Países Menos Avançados (LDCF) do FAM, via BAfD
- SIAS, contribuição adicional do FAM via FIDA, em escala a definir por acordo
- O Fundo de Adaptação contribui igualmente para o SIAS

1.10 Pacto Lusófono (parceria BAfD / IFC / Portugal)

O Pacto Lusófono é uma plataforma de investimento lançada em novembro de 2018, nos Market Days inaugurais do Africa Investment Forum, que associa o BAfD, o Governo de Portugal e os seis países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A IFC integrou o Pacto como parceira institucional em 2021. A integração do Brasil tem sido progressiva. O Pacto disponibiliza instrumentos de mitigação de risco, financiamento e assistência técnica para o desenvolvimento do setor privado nos países-membros.

Arquitetura de financiamento: Portugal afetou 400 milhões de EUR em garantias e mecanismos de partilha de risco no seu Orçamento de Estado de 2019 para apoiar o Pacto. Segundo a 8.ª reunião do Comité Diretor do Pacto, realizada em Washington D.C. (abril de 2026), o BAfD aprovou um total cumulativo de **927,9 milhões de USD em investimentos na região PALOP desde o lançamento do Pacto**, com a carteira a crescer 26 % durante o período de reporte de junho de 2025 a abril de 2026 (a partir de 735,6 milhões de USD). Um valor intermédio anterior, de cerca de 233 milhões de USD (214 milhões de EUR) ao abrigo do Pacto, fora referido pela Coordenadora Neima Ferreira em março de 2025. A IFC expandiu separadamente os seus compromissos na África lusófona para **880 milhões de USD em Moçambique, 615 milhões de USD em Angola, 204 milhões de USD em Cabo Verde e 3 milhões de USD em São Tomé e Príncipe** (segundo dados de abril de 2026), com serviços de assessoria ativos na Guiné-Bissau e na Guiné Equatorial. O ATIDI, parceiro estratégico do Pacto desde dezembro de 2023, prestou **3,6 mil milhões de USD em seguros de risco a Angola e 762 milhões de USD a Moçambique**, tendo identificado 39,7 mil milhões de USD em oportunidades de mercado nos países PALOP. O *pipeline*

combinado de investimento PALOP em fase de desenvolvimento ascende a aproximadamente 7,5 mil milhões de USD (estimativa de agosto de 2025).³⁶

Coordenadora: Neima Ferreira (Coordenadora do Pacto Lusófono no BAfD)

Eventos recentes da plataforma:

- **Fórum de Investimento da África Lusófona (Ilha do Sal, Cabo Verde, 13-14 de março de 2025):** evento de alto nível organizado pela IFC em colaboração com os parceiros do Pacto Lusófono, reunindo intervenientes do setor privado e instituições facilitadoras de investimento
- Primeira visita do Vice-Presidente da IFC, Sérgio Pimenta, a São Tomé e Príncipe (25-27 de agosto de 2023, à margem da Cimeira de Chefes de Estado Lusófonos)

Modalidade específica relacionada com Portugal: em 2019, a IFC e a SOFID (instituição financeira de desenvolvimento de Portugal) assinaram um Memorando de Entendimento para apoiar investimentos em turismo sustentável na África lusófona, com foco inicial em São Tomé e Príncipe.

1.11 Africa50 e a Aliança para Infraestruturas Verdes em África (AGIA)

A Africa50 é um investidor pan-africano de infraestruturas, com 37 acionistas, dos quais 33 Estados africanos, dois bancos centrais africanos (BCEAO e Bank Al-Maghrib), o Banco Africano de Desenvolvimento e a Public Investment Corporation (PIC) da África do Sul. Está constituída como plataforma de parceria público-privada, com três plataformas emblemáticas: Africa50-Project Development, Africa50-Project Finance e Africa50 Infrastructure Acceleration Fund (que mobilizou cerca de 275 milhões de USD junto de 22 investidores institucionais). A Africa50 ultrapassou 1,4 mil milhões de USD em ativos sob gestão à data da Assembleia Geral de Acionistas de agosto de 2025, em Maputo. São Tomé e Príncipe não é, atualmente, acionista da Africa50.

Contrapartes seniores:

- **Alain Ebobissé**, CEO
- **Tshepidi Moremong**, Diretora de Operações
- **Karim Mhirsi**, Diretor Sénior de Investimentos
- **Koffi Klousseh**, Diretor de Desenvolvimento de Projetos

Aliança para Infraestruturas Verdes em África (AGIA): fundo de 500 milhões de USD, lançado na COP28, com apoio do BAfD e do Bank Al-Maghrib (banco central de Marrocos). A AGIA-Project Development (AGIA-PD) atingiu um primeiro encerramento de 118 milhões de USD em agosto de 2025, com coinvestidores entre os quais o BAfD, a KfW, o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental e o Foreign, Commonwealth and Development Office do Reino Unido. Os objetivos do fundo passam por capital misto em fase inicial para projetos de infraestrutura verde que estagnam antes de atingir a viabilidade financeira; foi articulada a meta de catalisar até 10 mil milhões de USD em investimento privado no longo



prazo. Foi anunciada, em paralelo, uma Africa Solar Facility de 200 milhões de USD, para impulsionar empresas de energia renovável distribuída.

Precedente em matéria de cozinha limpa: em setembro de 2024, a Africa50 cosignou (com o BAfD e o Fundo da OPEP) a Carta de Intenções para o Projeto SMART Clean Cooking em Madagáscar, com vista a expandir a capacidade de produção de bioetanol. A assinatura foi testemunhada por Kevin Kariuki (Vice-Presidente do BAfD), Khaled Al-Zayer (Diretor do Setor Público do Fundo da OPEP para a África Oriental/Austral), Alain Ebobissé e o Ministro da Energia e dos Hidrocarbonetos de Madagáscar. A estrutura (BAfD + Fundo da OPEP + Africa50 + Governo, com a UNIDO como executora técnica) configura um modelo replicável em São Tomé e Príncipe para o pilar da cozinha limpa do Pacto Missão 300. A Africa50 não regista historial específico em São Tomé e Príncipe à data de meados de maio de 2026, mas a sua facilidade AGIA-PD é diretamente aplicável às necessidades de preparação de projetos de energia renovável em São Tomé e Príncipe.

SECÇÃO 2: FINANCIAMENTO BILATERAL DO DESENVOLVIMENTO

2.1 China

As relações diplomáticas foram retomadas a 26 de dezembro de 2016, após um hiato de várias décadas durante o qual São Tomé e Príncipe reconhecia a República da China (Taiwan) (São Tomé e Príncipe rompeu as relações diplomáticas com Taiwan a 21 de dezembro de 2016; a 26 de dezembro de 2016, em Pequim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros são-tomense, Urbino Botelho, assinaram o Comunicado Conjunto sobre a Retoma das Relações Diplomáticas). Desde a retoma, o envolvimento chinês organiza-se em torno dos compromissos do FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation).³⁷

Contraparte:

- **Xu Yingzhen**, Embaixadora da República Popular da China em São Tomé e Príncipe

Compromissos ativos e previstos, segundo as projeções do programa do FMI: 4 milhões de USD por ano até 2030, equivalentes a cerca de 20 a 24 milhões de USD programados.

Projetos específicos e pipeline:

- **Cinturão Solar Africano**, doação de 3 100 kits solares domésticos, entregue a 25 de junho de 2025 pela Embaixadora Xu Yingzhen ao Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais, Nelson Mário de Carvalho Rosa Cardoso. Compromisso da Cimeira do FOCAC, em Pequim, em 2024. Distribuição faseada na Praia Colónia, Praia Micondó, Boa Esperança e Colónia Açoriana. Subvenção.³⁸
- **Porto de Águas Profundas de Fernão Dias**, PPP planeada com a China Harbor Engineering Company (CHEC). Custo estimado: 400 milhões de USD. MdE assinado em outubro de 2015; concurso internacional lançado em novembro de 2019 pelo então Ministro Osvaldo Abreu. Modelo Conceção-Construção-Financiamento-Operação, profundidade de 16 metros, terminal polivalente com capacidade para 30 000 toneladas. Estado de execução atual: não confirmado.³⁹
- **Huawei**, manifestou publicamente interesse em investir nos setores da energia solar, das telecomunicações e da formação digital em São Tomé e Príncipe.

2.1.1 Outras grandes concessões a privados estrangeiros (Turquia, França)

As operações que se seguem não constituem ajuda ou fluxos de doadores, mas são aqui registadas por relevarem diretamente para a coordenação em matéria de infraestruturas e por figurarem em documentação das IFI e dos EUA:

- **Concessão do Aeroporto Internacional de São Tomé (FB Group, Turquia)**, em junho de 2024, foi atribuída uma concessão de 49 anos ao FB Group, grupo turco de construção e operações dirigido

pelo CEO Fatih Bora, para operar, gerir e expandir o Aeroporto Internacional de São Tomé (também designado Aeroporto Internacional Nuno Xavier). O compromisso de investimento ascende a cerca de 300 milhões de EUR ao longo do período da concessão e estrutura-se em três fases: (i) reabilitação da pista, melhoria das taxiways e expansão da placa de estacionamento; (ii) construção de um novo terminal de passageiros e instalações de apoio; (iii) novas valências, condicionadas a limiares de tráfego, com prazo estimado de 18 meses. Capacidade-alvo: 500 000 passageiros anuais. O plano contempla o prolongamento da pista em mais de 600 metros em direção ao mar para acomodar aeronaves de maior porte. O início da construção estava originalmente previsto para o terceiro trimestre de 2024 e consta nas especificações do projeto do FB Group para 2025; o estado de execução atual, à data de meados de maio de 2026, não é publicamente confirmado. O Relatório de 2025 dos EUA sobre o Clima de Investimento qualificou a concessão como «não divulgada e controversa».

- **Concessão do Porto de São Tomé (AGL, grupo MSC)**, a Africa Global Logistics (AGL, detida pela MSC, grupo ítalo-suíço de transporte marítimo de contentores, desde dezembro de 2022; rebatizada a partir da Bolloré Africa Logistics a 30 de março de 2023) assinou um contrato de gestão portuária a 20 de dezembro de 2023 com a autoridade portuária Enaport, relativo ao terminal de contentores de São Tomé, prevendo a modernização em parceria com a transportadora MSC e um investimento indicativo de cerca de 100 milhões de EUR. A assinatura ocorreu sob o anterior Governo de Trovoada (com o então Ministro das Infraestruturas Adelino Fernandes Rosa Cardoso). Segundo o Relatório de 2025 dos EUA sobre o Clima de Investimento, o Governo são-tomense suspendeu a concessão de gestão portuária da AGL em janeiro de 2024, devido a questões laborais. O estado atual, à data de meados de maio de 2026, não está confirmado em fontes públicas.
- **Tesla STP (Turquia)**, o investidor turco Tesla STP detinha um contrato de fornecimento de eletricidade junto da EMAE, no valor aproximado de 455 000 EUR por mês, assinado em 2023, sob o Governo de Trovoada. O Tribunal de Contas são-tomense sinalizou irregularidades de sobrefaturação. A Tesla STP suspendeu unilateralmente o fornecimento de eletricidade a 19 de agosto de 2025, depois de o Governo não ter cumprido um ultimato de pagamento (o Governo pagara 240 000 EUR à conta da dívida acumulada; a Tesla exigiu o pagamento adicional num prazo de 24 horas, que não veio a ser efetuado). Os 455 000 EUR/mês de responsabilidades foram, subsequentemente, reclassificados como atrasos de dívida com garantia pública. O contrato não foi formalmente rescindido, mas permanece efetivamente suspenso. O Primeiro-Ministro Ramos declarou que qualquer solução sucedânea «custará menos do que a Tesla» e que as recomendações do Tribunal de Contas serão seguidas.

2.2 Portugal

Portugal permanece o parceiro bilateral mais institucionalmente enraizado, ancorado pela língua, pela história e pela CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). A cooperação portuguesa opera por

intermédio de canais sob coordenação da Embaixada, de plataformas multilaterais (Pacto Lusófono, coordenação entre Estados-Membros da UE) e de instrumentos bilaterais específicos.

Compromissos recentes:

- Empréstimo de apoio orçamental em 2025: 14,7 milhões de USD (não recorrente, segundo as tabelas do programa do FMI)
- Cooperação no setor do turismo: programa Revive Roças/Portugal para a reabilitação de antigas roças, apresentado no Fórum de Investimento de São Tomé e Príncipe, em Bruxelas, em dezembro de 2025
- Cooperação CPLP: acordos bilaterais em matéria de emigração, mobilidade educativa e cooperação administrativa

A Embaixada de Portugal em São Tomé constitui, entre os Estados-Membros da UE, a presença residente mais sénior, coordenando com frequência a ação de desenvolvimento alinhada com a UE.

2.3 Japão / JICA

O envolvimento bilateral do Japão é modesto, mas consistente, orientado para a ajuda em subvenção e a cooperação técnica através da JICA (Japan International Cooperation Agency).

Compromissos ativos e projetados, segundo as projeções do programa do FMI: cerca de 1 milhão de USD por ano até 2030.

Modalidades específicas:

- **Cofinanciamento do ASCENT:** contribuição de 2,8 milhões de USD, organizada por *crowdfunding*, para o programa de acesso energético liderado pelo Banco Mundial
- Programa de **Ajuda em Subvenção para a Segurança Humana de Base**, gerido pela Embaixada do Japão (administrado de forma autónoma face aos empréstimos a projetos da JICA)
- O envolvimento na cooperação técnica em pescas reflete a postura mais ampla do Japão para as pescas na África lusófona

2.4 França / AFD (Agence Française de Développement)

A AFD prestou 2,3 milhões de USD em apoio orçamental a São Tomé e Príncipe em 2025, não se projetando, nas tabelas atuais do programa do FMI, fluxos para além desse ano. A atividade da AFD em São Tomé e Príncipe está concentrada em subvenções ao setor agrícola, administradas através do Escritório Regional da AFD para a África Central.

A carteira mais ampla da AFD para a África Subsariana encontra-se em contração (de 38 % para 30 % do total da atividade entre 2024 e 2025), em consequência da consolidação orçamental pública francesa. É

pouco provável que São Tomé e Príncipe se torne um parceiro AFD em expansão a médio prazo, salvo se surgirem novos instrumentos.

Diálogo ministerial recente (24 de março de 2026): o Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Jean-Noël Barrot, manteve um contacto telefónico com a Ministra são-tomense dos Negócios Estrangeiros, Ilza Amado Vaz. Ambos sublinharam os valores partilhados em torno do direito internacional, do multilateralismo e da Francofonia, e abordaram o reforço da cooperação bilateral, em particular nos setores da energia e da educação. Em linha com a copresidência conjunta da França e do Gabão, em 2026, do **G7++ Friends of the Gulf of Guinea (FoGG)**, os Ministros assinalaram a necessidade de cooperação marítima no Golfo da Guiné. Daí decorre um canal diplomático e de cooperação securitária no curto prazo, que poderá prolongar-se em 2027, em paralelo com os interesses comerciais franceses (concessão portuária da AGL, legado de exploração da Total Energies).

Contraparte:

- **Philippe Le Houérou**, Presidente do Conselho de Administração da AFD
- O Escritório Regional da África Central (laundé) cobre São Tomé e Príncipe

2.5 Marrocos (Roteiro de Cooperação 2025-2027)

Marrocos e São Tomé e Príncipe assinaram um novo Roteiro de Cooperação para o período 2025-2027, em Rabat, em abril de 2026, na sequência de uma reunião bilateral entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Africana e dos Marroquinos no Estrangeiro, Nasser Bourita, e a Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ilza Amado Vaz. O Roteiro alarga a cooperação a novos setores, designadamente educação, formação, cooperação técnica multisetorial e a promoção dos intercâmbios e investimentos económicos. Marrocos reafirmou a sua disponibilidade para apoiar o objetivo declarado de São Tomé e Príncipe de se tornar uma economia emergente em 2030. São Tomé e Príncipe reafirmou o seu apoio à integridade territorial de Marrocos sobre a região do Saara e ao Plano de Autonomia Marroquino, e alinou-se com o Processo dos Estados Africanos Atlânticos, liderado por Marrocos. As áreas setoriais do Roteiro incluem **pescas, saúde, turismo e agricultura**. A relação entre São Tomé e Príncipe e Marrocos pode evoluir para um canal útil de cooperação triangular com o Fundo da OPEP e parceiros lusófonos.

2.6 BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África)

O BADEA financiou um projeto hospitalar em São Tomé e Príncipe em condições não concessionais. O FMI concedeu uma exceção pontual ao teto zero do programa para empréstimos não concessionais, a fim de permitir a operação. O projeto hospitalar é o principal instrumento de financiamento árabe ao desenvolvimento no país.

O BADEA participou no Fórum de Investimento de São Tomé e Príncipe, em Bruxelas, em dezembro de 2025.

2.7 Timor-Leste

Um gesto simbólico mas consequente de solidariedade sul-sul: Timor-Leste, o outro pequeno Estado insular lusófono, concedeu apoio pontual de 500 000 USD a São Tomé e Príncipe em 2025. Os dois países cooperam no quadro da CPLP.

2.8 Alemanha e Itália (via SEFA)

Ambos os países são doadores-canal junto do Fundo de Energia Sustentável para África (SEFA), gerido pelo BAfD, que financia as entregas da Missão 300 e as reformas do setor energético africano.

- **Alemanha:** contribuição para o SEFA reforçada na COP30 (novembro de 2025); parte dos cerca de 50 milhões de EUR em novos compromissos anunciados
- **Itália:** anunciou nova contribuição de 5 milhões de EUR para o Fundo Especial SEFA em 2025, na COP30, através de Roberto Amerise (Diretor-Geral, Ministério italiano do Ambiente e da Segurança Energética)

2.9 Estados Unidos

Os Estados Unidos mantêm presença diplomática em São Tomé e Príncipe através da Embaixada dos EUA, sediada em Luanda (Angola), com acreditação concorrente para São Tomé e Príncipe. A escala da assistência bilateral afigura-se modesta e não é captada nas tabelas atuais do programa do FMI como uma rubrica autónoma. A atual Encarregada de Negócios concorrente em ambas as embaixadas é **Shannon Nagy Cazeau**, membro de carreira do Senior Foreign Service; **Noah Zaring** exerce funções de Chefe Adjunto de Missão. Cazeau deslocou-se a São Tomé e Príncipe em missão em janeiro de 2026, para reforçar a parceria bilateral; o seu predecessor, James Story, conduziu o diálogo ministerial de março de 2025 com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Ilza Amado Vaz.

O Departamento de Estado publicou em 2025 um Relatório sobre o Clima de Investimento em São Tomé e Príncipe (descarregável em state.gov), referindo a concessão aeroportuária do FB Group como «não divulgada e controversa». O Relatório regista que São Tomé e Príncipe não dispõe de tratado bilateral de investimento nem de convenção de dupla tributação com os Estados Unidos. São Tomé e Príncipe é signatário do Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) (assinado em março de 2018, em Kigali; ratificado em junho de 2019, como 25.º país a fazê-lo); não é membro da OMC, embora detenha o estatuto de observador.

Em dezembro de 2025, São Tomé e Príncipe foi incluído entre os países abrangidos pelo Sistema de Cauções de Vistos do Governo dos EUA, uma alteração administrativa que afeta os requerentes de vistos



não imigrantes provenientes de São Tomé e Príncipe. A US International Development Finance Corporation (DFC) é o principal veículo norte-americano de financiamento ao desenvolvimento em África, sob a direção do CEO Ben Black; o envolvimento específico da DFC em São Tomé e Príncipe não está publicamente confirmado, embora o compromisso regional no Corredor de Lobito (DFC, até 553 milhões de USD para o Lobito Atlantic Railway, em Angola) influencie a postura norte-americana de financiamento ao desenvolvimento no Golfo da Guiné e na região da África Central em geral.

Nota de atualização (maio de 2026): desde 24 de março de 2026, os funcionários do Governo dos EUA afetos à Missão dos EUA em Angola e em São Tomé e Príncipe necessitam de autorização especial para se deslocarem a São Tomé e Príncipe, devido a riscos de segurança; o Aviso de Viagem dos EUA foi elevado do Nível 2 para o Nível 3, com o indicador de risco «Agitação» adicionado, invocando o ciclo de campanha entre julho e setembro de 2026 como fonte potencial de manifestações ou atividade política. ⁴⁰

SECÇÃO 3: ENVOLVIMENTO DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

A Equipa de País das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe opera ao abrigo de um Quadro de Cooperação coordenado pelo gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas.

Contrapartes seniores da ONU:

- **Eric Jan Overvest** (Países Baixos), Coordenador Residente das Nações Unidas para São Tomé e Príncipe (em funções desde 18 de março de 2022; anteriormente CR ad interim no Djibuti, CR na Argélia; colocações do PNUD no Iraque, Líbia, Haiti, Somália, Mali, Panamá, Sudão e Nicarágua; mestrados em Economia e Linguística Francesa pela Universidade Livre de Amesterdão; fluente em inglês, francês, espanhol, alemão e italiano; português de trabalho) ^{41,42}
- **Joseph Oji**, Representante Residente ad interim do PNUD (desde meados de 2025, na sequência da recolocação de Lovita Ramguttee no PNUD Botswana, onde apresentou cartas credenciais em meados de 2025). Lovita Ramguttee exerceu anteriormente funções de RR do PNUD em São Tomé e Príncipe desde outubro de 2023, tendo transitado do PNUD Tailândia, onde fora Representante Residente Adjunta

Quadro Nacional Integrado de Financiamento (INFF): o PNUD e o Governo de São Tomé e Príncipe estão a desenvolver, em conjunto, uma Estratégia Integrada de Financiamento, com vista a alinhar os fluxos financeiros com o PND 2026-2030. A sessão inicial do INFF teve lugar em novembro de 2024; seguiu-se uma mesa redonda de alto nível, no Hotel Pestana, em março de 2025, com participação de representantes da AFAP, BM, BAfD, BCSTP e MEEF, moderada pelo PNUD. O INFF está posicionado como plataforma operacional de coordenação para o alinhamento dos fluxos dos doadores com as prioridades nacionais de desenvolvimento.

Envolvimento multiagência (em curso):

Agência	Responsável/ Representante	Notas
PNUD	Joseph Oji (Representante Residente ad interim)	Projeto Climate Promise, atualização da CDN, Centro de Arbitragem, estratégia de financiamento INFF
PMA	Gianluca Ferrera, Representante do PMA e Diretor Nacional nos Camarões, com cobertura regional extensiva a São Tomé e Príncipe (a	



Agência	Responsável/ Representante	Notas
	partir do polo de laundé); o plano estratégico de país para São Tomé e Príncipe vigora de 2024 a 2028	
FAO	Dr. Antonio Luís Évora Ferreira Querido, Representante da FAO nos Camarões (nacional de Cabo Verde; em funções desde abril de 2025; anteriormente Representante da FAO no Uganda, 2018-2025), com cobertura regional para São Tomé e Príncipe através do polo de laundé. Coordenador nacional FAO do projeto de agrofloresta do cacau em São Tomé e Príncipe: Faustino Oliveira (trabalha com a cooperativa de cacau CECAB)	A FAO e o PMA copresidem sessões sobre economia azul no Fórum de Investimento de Bruxelas, em dezembro de 2025
OIT	Claude Yao Kouame (com cobertura a partir de laundé, desde novembro de 2023)	Apoio técnico ao trabalho digno
OIM	Abdel Rahmane Diop (com cobertura a partir dos Camarões)	Gestão das migrações
UNFPA	Cargo de Chefe de	População e saúde reprodutiva

Agência	Responsável/ Representante	Notas
	Escritório em São Tomé	
UNICEF	Presença nacional	Conectividade escolar (GIGA), aprendizagem digital juvenil
ONU Mulheres	Atuação ativa	Programação em matéria de igualdade de género
OMS	Dr. Abdoulaye Diarra, Representante da OMS para São Tomé e Príncipe (ativo ao longo de 2025-2026; coorganizou reuniões do Health Cluster com o novo Ministro da Saúde, Dr. Celso Vaz do Nascimento Matos)	Reforço dos sistemas de saúde, controlo de infeção hospitalar, capacidade cirúrgica no Príncipe, vigilância de doenças evitáveis por vacinação
UNV	Atividade em curso	Mobilização de voluntários
UNIDO	Projeto a projeto; em parceria com o Fundo da OPEP na arquitetura do programa emblemático de cozinha limpa (precedente SMART Clean Cooking em Madagáscar)	Desenvolvimento industrial setorial
UNODC	Andrew Harrington, Coordenador de Programa (Peace Building Fund) e Chefe do Escritório da UNODC em São Tomé e Príncipe	Projeto de Reforma do Setor de Justiça e Segurança do PBF, no valor de 2,5 milhões de USD (2024-2026), coexecutado com o PNUD e o ACDH

Especialista do PNUD em Alterações Climáticas e Energia para São Tomé e Príncipe: Enrico Dal Farra, gestor de projeto do Climate Promise, apoiando a atualização da CDN no quadro do Acordo de Paris.



Dados do Gabinete MPTF (2021): 11,8 % das despesas de desenvolvimento da ONU consignadas a São Tomé e Príncipe foram canalizadas através de fundos comuns.

SECÇÃO 4: INICIATIVAS TRANSVERSAIS

4.1 Missão 300

A Missão 300 é um compromisso conjunto do Grupo Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento que visa proporcionar acesso à eletricidade a 300 milhões de pessoas na África Subsariana até 2030, em alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7. A iniciativa foi lançada na cimeira de Dar es Salaam, em janeiro de 2025, com 12 países iniciais (Coorte 1), seguida de mais 17 países (Coorte 2), que lançaram os respetivos pactos a 24 de setembro de 2025, à margem da AGNU 80 em Nova Iorque. O Primeiro-Ministro Américo d'Oliveira dos Ramos esteve pessoalmente presente no lançamento da Coorte 2, no Fórum Global Bloomberg Philanthropies, juntamente com os Presidentes da Etiópia, do Gana, da Serra Leoa e o Primeiro-Ministro do Lesoto. São Tomé e Príncipe integra a Coorte 2. À data de meados de maio de 2026, o total de países com Pactos Energéticos da Missão 300 assinados ascende a 29.

Matriz completa de investimento do Pacto Energético Nacional de São Tomé e Príncipe (total de 297 milhões de USD até 2030):

Setor	Público (M USD)	Privado (M USD)	Total (M USD)
Geração	64	167	231
Transporte e Distribuição	31	,	31
Cozinha Limpa	8	23	30
Assistência Técnica	5	,	5
Total	108	190	297

Por conseguinte, o investimento privado (190 milhões de USD, equivalentes a 64 % do total) constitui a lacuna crítica de mobilização. As metas do Pacto são as seguintes:

- Acesso à eletricidade: 84 % → 100 %
- Quota de energias renováveis: 5 % → 50 %
- Capacidade solar fotovoltaica: 2 MWp → 30 MWp
- Capacidade hidroelétrica: 1,8 MW → 10,1 MW
- Expansão da capacidade de geração: 60 MW adicionais até 2030 (face aos atuais 38 MW)
- Acesso à cozinha limpa: 62 % → 75 %

- Perdas de transporte e distribuição: 34 % → 15 %
- Taxa de cobrança da faturação: 50 % → 95 %
- Recuperação plena de custos da EMAE até 2030

O Pacto estrutura-se em quatro pilares (segundo a secção Declaração de Compromisso do documento do Pacto):

- **Pilar I, Reabilitar e Expandir a Infraestrutura Energética a Custos Competitivos:** Atualizar periodicamente os planos do setor energético a partir de 2026; implementar um quadro transparente de contratação concorrencial até 2026, com uma unidade dedicada à contratação de energias renováveis; modernizar a geração existente mediante auditorias.
- **Pilar II, Adotar a Energia Renovável Distribuída (ERD) como Componente Necessária da Agenda do Acesso:** Implementar a eletrificação fora da rede através de ERD a partir de 2025; adotar um Quadro Regulamentar de Mini-redes até 2026 (regime de governação aligeirado para mini-redes ≤ 5 MW).
- **Pilar III, Incentivar a Participação do Setor Privado para Mobilizar Recursos Adicionais:** Atualizar o Decreto-Lei n.º 26/2014 (Quadro Legal do Setor Elétrico), de modo a permitir a transferência de geração privada através da rede nacional; documentos contratuais padronizados e financiáveis para um regime de acesso aberto.
- **Pilar IV, Assegurar Serviços Públicos Financeiramente Viáveis que Garantam Segurança Energética e Prestem Serviços Fiáveis e Acessíveis:** Ajustamentos tarifários, reestruturação da dívida, reformas operacionais na EMAE; reforço de capacidades institucionais na EMAE, AGER e DGRNE.

Quadros normativos identificados no Pacto:

- Decreto-Lei n.º 4/2023: isenção de direitos aduaneiros sobre painéis solares fotovoltaicos, inversores e demais componentes do sistema
- Decreto-Lei n.º 26/2014: Quadro Legal do Setor Elétrico (em atualização)
- Novo Decreto-Lei sobre Autogeração e Mini-redes (previsto)
- Quadro Regulamentar de Mini-redes (a adotar até 2026)
- Regulamento IPP (previsto)
- Normas Técnicas e Código de Rede (previstos)
- Normas de eficiência energética para lâmpadas, frigoríficos e aparelhos de ar condicionado
- Estudo sobre Opções de Fornecimento de Gás (viabilidade e roteiro)
- Plano de Ação Nacional para a Cozinha Limpa
- Revisão Tarifária (ajustamento gradual rumo à recuperação de custos)

Task Force da Missão 300: o Pacto compromete o Governo a estabelecer uma Task Force da Missão 300, em coordenação com o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, com inclusão alargada de parceiros de desenvolvimento. A Task Force é o veículo operacional de coordenação para a execução do Pacto. O BAfD operacionalizou subsequentemente esta dimensão através de Unidades de Execução e Monitorização do Pacto a nível de país (CDMU); São Tomé e Príncipe consta explicitamente entre os 20 países beneficiários de CDMU (a par de Angola, Benim, Botswana, Burundi, Camarões, RCA, Comores, Etiópia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Moçambique, Namíbia, República do Congo, Serra Leoa, Gâmbia, Togo e Zimbabué), segundo a página da Missão 300 do BAfD. À data de meados de maio de 2026, não foi localizada documentação pública sobre a constituição, dotação de pessoal, estrutura de governação ou cadência operacional da CDMU de São Tomé e Príncipe.

Coorte alargada de parceiros: a Missão 300 é apoiada pela Fundação Rockefeller, pela Global Energy Alliance for People and Planet (GEAPP) e pela Sustainable Energy for All (SEforALL), além do Grupo BAfD e do BM. 48 países subscreveram a Declaração de Energia de Dar es Salaam, em janeiro de 2025, estabelecendo alinhamento político continental com a Agenda 2063 da União Africana.

Ministérios coordenadores: Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais (líder), com a EMAE, a AGER e a Direção-Geral dos Recursos Naturais e da Energia (DGRNE).

4.2 Global Gateway da UE

A estratégia Global Gateway da UE visa mobilizar 300 mil milhões de EUR a nível global para investimentos em conectividade sustentável até 2027. São Tomé e Príncipe está incluído na vertente africana, com áreas de foco prioritário na transição ecológica, no digital, no crescimento sustentável, na saúde e na educação. O BEI Global atingiu a sua meta de 100 mil milhões de EUR de mobilização do Global Gateway em 2025, antes do calendário previsto.

4.3 Fórum de Investimento de São Tomé e Príncipe, Bruxelas, dezembro de 2025

O Fórum de Investimento de São Tomé e Príncipe, realizado em Bruxelas a 11 de dezembro de 2025, no Hotel Tangla, constituiu um importante evento de mobilização de parceiros. O programa incluiu: ⁴³

- Sessão de abertura pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Ilza Amado Vaz, pelo Primeiro-Ministro Américo d'Oliveira dos Ramos e pela Alta-Representante da ONU, Rabab Fatima
- Sessões setoriais coorganizadas com o BAfD, IFC/BM, PNUD, FAO e UE
- Principais oportunidades de investimento apresentadas: PPP hidroelétricas do Rio Grande e Rio Abade (BAfD), Parque Solar de Água Casada (BM/IFC), mini-redes (PNUD), Porto de Pesca e Logística, reabilitação do sistema de águas, estratégia de Ecoturismo, Economia Azul
- A HBD e o programa Revive Roças/Portugal apresentaram estudos de caso de turismo do setor privado

- Foram assinados três contratos de subvenção do BAfD à margem do Fórum

4.4 Programa de Cidadania por Investimento

São Tomé e Príncipe estabeleceu o seu programa de Cidadania por Investimento através do Decreto-Lei n.º 07/2025, ao abrigo da Lei da Nacionalidade n.º 07/2022. A entrada em vigor jurídica é datada de 1 de agosto de 2025; o arranque operacional e a receção de pedidos tiveram início em setembro de 2025. O programa é administrado pela Citizenship by Investment Unit (CIU), sediada no Dubai, Emirados Árabes Unidos, operada em parceria público-privada com a Passport Legacy, ao abrigo de um acordo exclusivo de dez anos.⁴⁴

Parâmetros do programa:

- Investimento mínimo: contribuição não reembolsável de 90 000 USD para o Fundo Nacional de Transformação (requerente individual; preços por escalão familiar progressivos)
- Taxa de submissão não reembolsável: 5 000 USD
- Prazo de processamento: tipicamente 60 a 90 dias
- Familiares elegíveis: cônjuge, filhos até aos 30 anos, pais e avós a partir dos 55 anos
- Acesso sem visto: a cerca de 63 a 71 destinos, designadamente Singapura, Hong Kong e países da África Austral
- Vantagens CPLP: os requerentes são elegíveis para a cidadania brasileira após 1 ano de residência permanente; para a naturalização portuguesa, ao abrigo da lei revista, os cidadãos são elegíveis 3 anos antes dos nacionais não CPLP (nota: a revisão da Lei da Nacionalidade portuguesa, aprovada pelo Parlamento a 1 de abril de 2026, prolongou a naturalização padrão para 10 anos, conferindo maior relevância ao diferencial CPLP)

Desempenho operacional:

- 98 candidaturas recebidas entre setembro de 2025 e janeiro de 2026 (os primeiros quatro meses)
- 27 apreciadas no mesmo período; primeiro passaporte emitido
- 220 candidaturas cumulativas comunicadas pela CIU até meados de abril de 2026⁴⁵
- Principais nacionalidades dos requerentes: Rússia, China, Alemanha
- Abertura da representação no Dubai a 16 de setembro de 2025

Desenvolvimentos regulamentares recentes:

- A 26 de janeiro de 2026, o Governo atualizou as condições de aquisição da cidadania
- A 10 de abril de 2026, o programa introduziu a verificação biométrica remota por videochamada com notário local, eliminando exigências de deslocação
- À data de abril de 2026, encontram-se suspensas as candidaturas de pessoas singulares com três ou mais nacionalidades estrangeiras, na pendência de revisão parlamentar da Lei da Nacionalidade

A Segunda Revisão do FMI elevou os padrões de governação e transparência a prioridades do programa. O Fundo Nacional de Transformação é o veículo recetor; espera-se uma contribuição de cerca de 0,2 % do PIB por ano, segundo as projeções do programa do FMI.

4.5 Contexto Político Interno (para sensibilização situacional dos doadores)

A presente subsecção é incluída a título de contexto descritivo, sem comentário político. O ciclo eleitoral e parlamentar afeta materialmente as janelas de programação dos doadores e a continuidade das contrapartes, sendo, por conseguinte, relevante para um documento de referência sobre coordenação de doadores.

Calendário eleitoral de 2026 confirmado: ²⁶

- **Eleição presidencial:** 19 de julho de 2026 (primeira volta; potencial segunda volta no início de agosto)
- **Eleições legislativas, regionais e autárquicas:** 27 de setembro de 2026

O Presidente Vila Nova (ADI, eleito em 2021 com 57,54 % na segunda volta) é constitucionalmente elegível para um segundo mandato, mas, à data de meados de maio de 2026, não confirmou publicamente a sua recandidatura.

Quadro eleitoral: dos 55 lugares da Assembleia Nacional, 53 são eleitos por representação proporcional em listas fechadas, em sete círculos plurinominais correspondentes aos sete distritos administrativos; 2 lugares adicionais representam a diáspora. O ciclo de 2026 deverá utilizar um código eleitoral atualizado, com recenseamento eleitoral automático a partir dos dados do registo civil da Direção-Geral dos Registos e Notariado; à data de meados de maio de 2026, o novo código eleitoral ainda não havia sido aprovado.

Quadro de candidatos (conforme noticiado pela Lusa e pelo Jornal Económico em dezembro de 2025):

- **Potenciais candidatos presidenciais:** Carlos Vila Nova (incumbente ADI), Delfim Neves (antigo Presidente da Assembleia), Patrice Trovoada (antigo Primeiro-Ministro; ausente de São Tomé e Príncipe desde a sua exoneração em janeiro de 2025 e liderando a ADI à distância, *online*)
- **Congresso interno da ADI** originalmente marcado para 4 de abril de 2026, com vista a designar o candidato presidencial único do partido e eleger nova direção partidária; o Conselho Nacional, convocado em novembro de 2025 por Patrice Trovoada (*online*, no exílio), renovou-lhe a confiança e fixou a data. O congresso não se realizou conforme previsto: a 27 de março de 2026, o Tribunal Constitucional suspendeu o congresso em resposta a uma providência cautelar interposta por um grupo de militantes liderado pelo Primeiro-Ministro Américo Ramos, que alegou que a direção liderada por Trovoada agira unilateralmente para alterar a data do congresso e convocar um Conselho Nacional fora do quadro estatutário. Américo Ramos declarou publicamente a sua candidatura à presidência da ADI em novembro de 2025; a direção liderada por Trovoada sustenta que o atual mandato partidário se prolonga até 2028 e rejeita um congresso eletivo imediato. À

data de meados de maio de 2026, o impasse na liderança da ADI permanece por resolver, com o partido dividido entre uma direção alinhada com Trovoada e uma facção reformista alinhada com Ramos (cerca de sete deputados deixaram já a bancada parlamentar da ADI, passando a sentar-se como independentes).

- **MLSTP-PSD:** contestação interna por antigos presidentes e candidatos derrotados em eleições internas do partido.
- **Movimento Basta** (Levy Nazaré, 2 deputados): confirmou a candidatura a Primeiro-Ministro e a ambição declarada de integrar o Governo.
- **Coligação MCI-PS/PUN** (Domingos Monteiro, 5 deputados): em expansão a partir das candidaturas distritais anteriores em Caué, Lembá e Região Autónoma do Príncipe, rumo a candidatura nacional.

Equilíbrio de forças parlamentar (XII Legislatura, por ordem de lugares):

- **Ação Democrática Independente (ADI):** 30 dos 55 lugares, maioria absoluta no papel, mas operacionalmente em oposição ao Governo de Ramos, apesar da filiação ADI deste último. Liderado parlamentarmente pelo antigo Primeiro-Ministro Patrice Trovoada.
- **Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP-PSD):** 18 lugares, prestando apoio de incidência parlamentar ao Governo de Ramos.
- **Coligação Movimento Cidadão Independente-PS/PUN (MCI-PS/PUN):** 5 lugares, líder parlamentar Beatriz Azevedo; apoia o Governo em votações orçamentais.
- **Movimento Basta:** 2 lugares, liderado por Levy Nazaré; apoia o Governo em votações orçamentais.

Acontecimentos parlamentares recentes:

- **6 de janeiro de 2025:** o Presidente Vila Nova exonerou o XVIII Governo, liderado pelo Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, invocando «notória incapacidade» e «deslealdade institucional». A exoneração foi contestada por Trovoada como «ilegal e inconstitucional».
- **9 de janeiro de 2025:** Ilza Amado Vaz foi nomeada Primeira-Ministra; renunciou ao fim de três dias.
- **12 de janeiro de 2025:** Ilza Amado Vaz renunciou ao fim de três dias; o Presidente Vila Nova nomeou Américo d'Oliveira dos Ramos Primeiro-Ministro, por decreto presidencial. Ramos não foi formalmente endossado pelo grupo parlamentar da ADI; a ADI havia anteriormente proposto Hélio Almeida (rejeitado por Vila Nova) e, em seguida, Adelino Pereira (antigo Procurador-Geral da República, também rejeitado) como alternativas.⁴⁶
- **14 de janeiro de 2025:** XIX Governo Constitucional formalmente empossado sob a chefia do Primeiro-Ministro Ramos. Gareth Guadalupe (Ministro de Estado para a Economia e Finanças) tomou posse cerca de uma semana mais tarde, a 22 de janeiro de 2025, na sequência de luto familiar na véspera da cerimónia original.
- **27 de janeiro de 2026:** sessão parlamentar suspensa após os deputados da ADI apresentarem moção de censura ao Governo de Ramos; moção retirada no dia seguinte.

- **3 de fevereiro de 2026:** 29 dos 55 deputados (do MLSTP, Basta, MCI-PS/PUN e deputados dissidentes da ADI) votaram, na Universidade de São Tomé e Príncipe, sob proteção policial, a destituição da Presidente da Assembleia, Celmira Sacramento, invocando alegadas violações reiteradas da Constituição e dos regulamentos parlamentares. O Vice-Presidente Abnildo D'Oliveira assumiu inicialmente a Presidência da Assembleia a título interino, tendo declarado a sua saída da bancada parlamentar da ADI para se sentar como independente. A 12 de fevereiro de 2026, a nova maioria parlamentar (MLSTP, ADI, MCI, Basta) elegeu formalmente D'Oliveira Presidente da Assembleia Nacional, com 30 votos favoráveis e 5 abstenções (votos a favor: 18 do MLSTP, 9 da ADI, 2 do Basta, 1 do MCI; abstenções: 4 do MCI, 1 da ADI).⁴⁷
- **6 de fevereiro de 2026:** Orçamento do Estado para 2026 e plano quinquenal de despesa pública aprovados em primeira leitura, com 34 votos a favor (18 do MLSTP + 5 do MCI-PS/PUN + 2 do Basta + 9 dissidentes da ADI); a maioria dos deputados da ADI esteve ausente. Orçamento do Estado fixado em 233 milhões de EUR (face a 265 milhões de EUR em 2025).
- **26 de março a 8 de abril de 2026:** missão da Terceira Revisão do FMI concluída; discussões em curso nas Reuniões da Primavera.

Implicações para a coordenação dos doadores:

- A largura de banda operacional ao nível do executivo, no plano da política pública, estreitar-se-á substancialmente à medida que o ciclo de campanha se intensificar entre maio e setembro de 2026.
- Alguns instrumentos de grande dimensão (a OPD P508911 do BM, o ETREEP do BAfD, o SIAS do FIDA e o desembolso da Terceira Revisão do FMI) foram movimentados, ou estão a sê-lo, nesta janela, precisamente porque foram calibrados para antecederem o ciclo de campanha.
- Uma mudança de Governo após setembro de 2026 não invalidaria os compromissos do programa do FMI nem os contratos de empréstimo/subvenção assinados, mas poderia afetar o ritmo de execução.

SECÇÃO 5: REGISTO DE CONTRAPARTES

5.1 Governo de São Tomé e Príncipe (XIX Governo Constitucional, empossado a 14 de janeiro de 2025 sob a chefia do Primeiro-Ministro Ramos)

Cargo	Nome
Presidente da República	Carlos Vila Nova
Primeiro-Ministro	Américo d'Oliveira dos Ramos
Ministra de Estado, dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	Ilza Amado Vaz
Ministro de Estado, da Economia e das Finanças	Gareth Haddad do Espírito Santo Guadalupe
Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais	Nelson Mário Cardoso
Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural	Nilton Garrido de Sousa Pontes
Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher	Vera Cravid
Ministro da Defesa e Ordem Interna	Horácio Castro da Trindade de Sousa (Brigadeiro-General)
Ministra do Ambiente, Juventude, Turismo e Sustentabilidade	Nilda Borges da Mata
Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior	Isabel Maria Correia Viegas de Abreu
Ministro da Saúde	Dr. Celso Vaz do Nascimento Matos (substituiu Ângela Costa, que exercera funções no Governo anterior, de Trovoadá)
Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Joucerll Tiny dos Ramos (também grafado Joucerli, segundo o CIA World Leaders)
Ministro da Presidência, Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares	Lúcio Daniel Lima Magalhães

Cargo	Nome
Procurador-Geral da República	Carlos Olímpio Stock
Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)	Agostinho Fernandes , empossado a 3 de dezembro de 2025; antigo Ministro da Economia; antigo presidente do partido ADI; nomeado ao abrigo da nova Lei Orgânica do Banco Central, promulgada a 23 de maio de 2025. Sucedeu a um regime interino liderado pela Vice-Governadora Lara Simone Beirão Guadalupe, que exerceu funções de Governadora interina após Américo Ramos ter deixado o cargo ao assumir a chefia do Governo em janeiro de 2025. (O registo CIA World Leaders, datado de 11 de setembro de 2025, identificava «Américo Barros» como Governador em fase de transição; tal identificação afigura-se errónea, porquanto Barros, antigo Governador alinhado com o MLSTP, exonerado em março de 2022, não exercia, de facto, funções de Governador interino à data. Segundo o Jornal Económico e o central-banking.com, Lara Beirão exerceu funções entre janeiro e dezembro de 2025.) ^{48,49}
Embaixador junto dos Estados Unidos	Vago (segundo o CIA World Leaders, com última atualização em 11 de setembro de 2025)
Embaixador junto da União Europeia (Bruxelas)	José Cassandra (contrassinou o novo protocolo APPS da UE em outubro de 2025)
Presidente da Assembleia Nacional	Abnildo D'Oliveira , formalmente eleito a 12 de fevereiro de 2026 (30 votos favoráveis, 5 abstenções). Antigo Vice-Presidente da Assembleia; declarou a sua saída da bancada parlamentar da ADI durante a crise de fevereiro de 2026 e passou a sentar-se como independente. Assumiu inicialmente a Presidência a título interino, após a votação de 3 de fevereiro de 2026 (29 dos 55 deputados) que destituiu a anterior Presidente, Celmira Sacramento, com fundamento em alegadas violações reiteradas da Constituição e dos regulamentos parlamentares; a eleição formal pela nova maioria parlamentar (MLSTP, ADI, MCI, Basta) ocorreu a 12 de fevereiro.

5.2 Entidades executoras

Entidade	Liderança	Mandato
AFAP (Agência Fiduciária de Administração de Projetos)	Hélio Silva Vaz de Almeida (Diretor-Geral; antigo Governador do BCSTP, 2016-2019)	Agente fiduciário de projetos para operações financiadas pelo BM e pelo BAfD; gere 12 projetos em execução, num total aproximado de 220 milhões de USD em novembro de 2025; alcançou uma taxa de desembolso de 43 % na carteira do BM em 2025 (a mais elevada da região África)
AGER (Autoridade Geral)	Dra. Vasth dos	Entidade reguladora multissetorial (telecomunicações,

Entidade	Liderança	Mandato
de Regulação)	Santos (Presidente do Conselho de Administração, desde 24 de abril de 2025); Dr. Alexander da Costa (VP, Planeamento, Administração e Finanças); Eng. Cecílio do Sacramento (Administrador Técnico)	correios, água, eletricidade), instituída pelo Decreto-Lei n.º 14/2005, de 24 de agosto; o atual Conselho foi designado em regime de comissão de serviço pelo XIX Governo
Unidade de Execução do Projeto ASCENT	Titular não confirmado em fontes públicas à data da publicação (verificar junto da AFAP)	Programa de acesso energético ASCENT do BM (P177099); execução por intermédio da AFAP, com unidade técnica de execução (UTE), nos termos da documentação do projeto
Coordenação do Projeto ETISP	Titular não confirmado em fontes públicas à data da publicação; contacto de contratação: etispprocurement@gmail.com	Programa de Transição Energética e Apoio Institucional do BAfD; modalidades de execução através do MOPIRINA / EMAE
EMAE (Empresa de Água e Eletricidade)	Cargo vago / em regime interino (anteriormente Raúl Cravid, exonerado em fevereiro de 2026; a página pública de informação da EMAE não foi atualizada com um novo Diretor-Geral nomeado à data de meados de maio de 2026)	Empresa nacional de água e eletricidade; à exoneração de Cravid seguiu-se uma disputa pública relativa à contratação de quatro novos geradores no início de 2026, em que Cravid alegou que os equipamentos eram «antigos, usados e repintados» e não correspondiam aos 10 MW anunciados. O Primeiro-Ministro Ramos admitiu publicamente, no início de abril de 2026, que apenas cerca de 7 MW haviam sido entregues. A Procuradoria-Geral da República abriu inquérito-crime a 5 de abril de 2026, com buscas no MIRN/MOPIRINA e na EMAE. A EMAE mantém-se como contraparte executora para a SB10 da Segunda Revisão do FMI (assinatura do contrato de concessão para as operações comerciais da EMAE) e para o ASCENT e o ETREEP.

5.3 Contrapartes IFI e bilaterais

Instituição	Liderança	Notas
Banco Mundial	Albert G. Zeufack	Diretor de Divisão (sediado em Kinshasa)
Banco Mundial	Juan Carlos Alvarez	Gerente Nacional (Angola + STP)
BAfD	Pietro Toigo	Gerente Nacional (Angola + STP)
BAfD	Neeraj Vij	Gerente de Setor Regional, Indústria, Agricultura e Desenvolvimento Humano (Região da África Austral; STP encontra-se agrupado com Angola nesta região)
BAfD	Alexandre Felisberto Mateus	Economista Sênior de País para STP
BAfD	Dr. Sidi Ould Tah	Presidente do Grupo (desde 1 de setembro de 2025; nono presidente; mauritano; antigo presidente do BADEA)
BAfD	Kevin Kariuki	Vice-Presidente, Energia, Eletricidade, Clima e Crescimento Verde
BAfD	Wale Shonibare	Diretor, Soluções Financeiras, Política e Regulação Energética
FMI	Slavi Slavov	Chefe de Missão
FMI	Gustavo Ramirez	Representante Residente
IFC	Ethiopsis Tafara	VP para África (nomeado a 1 de abril de 2025; sucedeu a Sérgio Pimenta, que passou a CEO do Africa50 IAF em setembro de 2025)
Delegação da UE	Cécile Abadie	Embaixadora (Libreville)
BEI	Nadia Calviño	Presidente do Grupo (desde janeiro de 2024)
BEI	Ambroise Fayolle	Vice-Presidente (BEI Global; conjuntamente responsável pela África Subsariana com o VP Thomas Östros, bem como pela região do Pacífico; relações institucionais com a França)
FIDA	Gérardine Mukeshimana	Vice-Presidente
FIDA	Alvaro Lario	Presidente
Fundo da OPEP	Dr. Abdulhamid	Presidente



Instituição	Liderança	Notas
	Alkhalifa	
Fundo da OPEP	Mahmoud Khene	Diretor, África Ocidental e Central
ATIDI	Manuel Moses	CEO (Nairobi), candidato a gestor da RSF do ASCENT REAF-2
TDB	Abraham Byanyima	Tesoureiro Executivo, Trade and Development Bank (instituição executora para o ASCENT REAF P181328); sediado em Nairobi
China	Xu Yingzhen	Embaixadora
Coordenador Residente da ONU	Eric Jan Overvest	(Países Baixos)
PNUD	Joseph Oji	Representante Residente ad interim (após a recolocação de Lovita Ramguttee no PNUD Botswana)

SECÇÃO 6: OBSERVAÇÕES ANALÍTICAS

O presente documento é descritivo, e não prescritivo. Não obstante, várias características estruturais do panorama de coordenação de doadores merecem registo, para efeitos de conceção operacional e de política pública:

Concentração no setor energético: o programa ASCENT do Banco Mundial, o ETREEP e o ETISP do BAfD, o pilar de transição verde do PIP da UE, o interesse do Fundo da OPEP na cozinha limpa, a futura facilidade regional ASCENT REAF-2 (P513432, sob gestão do ATIDI), o Pacto Missão 300 e as doações solares chinesas convergem todos sobre o setor energético. Cerca de 130 a 150 milhões de USD do financiamento externo identificado, ativo e comprometido, têm afetação ao setor energético, face a uma necessidade de 297 milhões de USD do Pacto Missão 300. A coordenação entre estes instrumentos é operacionalmente essencial; o compromisso da Task Force da Missão 300 constitui o veículo institucional natural.

Economia azul a emergir como concentração paralela: BEFIRM (21,9 milhões de USD do BAfD), o APPS da UE (825 000 EUR/ano, acrescidos das taxas dos operadores), o SIAS do FIDA (15 milhões de EUR), o PRIASA III (18,9 milhões de USD, com o FAM), o envolvimento da FAO, o programa regional ODEBAC. Cerca de 60 a 70 milhões de USD apresentam alinhamento com a economia azul. Constitui uma tese de investimento coerente em torno da Zona Económica Exclusiva de cerca de 160 000 km², a que o projeto BEFIRM do BAfD se refere explicitamente como «potencial de Economia Azul por explorar».

Apoio orçamental em vias de normalização: a OPD do BM, de abril de 2026, o FSERP-SF do BAfD, de dezembro de 2025, as subvenções de 2025 da AFD e de Portugal, bem como a FCA do FMI, fornecem, em conjunto, cerca de 50 a 60 milhões de USD em apoio orçamental direto desde o final de 2024. Tal representa uma evolução significativa face à pegada histórica dos doadores, mais centrada no projeto.

A reforma da contratação pública e da GFP é o fio condutor de integração: a nova Lei da Contratação Pública (SB3 do FMI, apoiada pela condicionalidade do FSERP-SF do BAfD e da OPD do BM), a Conta Única do Tesouro, a disciplina do plano de tesouraria (SB4 do FMI) e a reestruturação da EMAE (SB10 do FMI) perpassam quase todas as carteiras dos doadores. Uma falha na reforma da contratação pública colocaria em causa, em simultâneo, múltiplos fluxos.

A capacidade de execução é a restrição vinculativa: com mais de 12 instrumentos do BAfD, 10 projetos do BM, um programa ativo do FMI, múltiplos envelopes da UE e coordenação entre a ONU, parceiros bilaterais e facilidades regionais emergentes, a capacidade de absorção do MEEF, do MIRN, da AFAP e dos ministérios setoriais é o ponto de estrangulamento operacional. A taxa de desembolso da carteira do BM em 2025, de 43 % (a mais elevada da região), indicia progresso material, mas a *pipeline* está a expandir-se a um ritmo superior ao do desembolso.



O grau de operacionalização da Task Force da Missão 300 é incerto: o Pacto compromete o Governo à Task Force, mas a documentação pública sobre a sua constituição, dotação de pessoal ou cadência operacional não foi localizada em fontes publicamente disponíveis. Pode tratar-se de uma lacuna de coordenação.

A não adesão ao ATIDI constitui uma anomalia estrutural: São Tomé e Príncipe está posicionado como beneficiário das futuras Facilidades de Mitigação de Risco do ASCENT REAF-2 (P513432), cuja aprovação está prevista para agosto de 2026, com o ATIDI como candidato a gestor da Facilidade de Partilha de Riscos, apesar de São Tomé e Príncipe não ser membro do ATIDI. A questão da adesão não é abordada em documentos públicos. O ASCENT REAF (P181328) existente é executado pelo TDB.

Existem duas instâncias de coordenação dos doadores: o gabinete do Coordenador Residente da ONU (formalmente) e a Revisão de Desempenho da Carteira de País do BAfD (operacionalmente, com participação do BM, FMI, UE e ONU). Uma arquitetura mais formal de coordenação dos doadores tem vindo a ser defendida pelo BAfD e pela ONU pelo menos desde 2019.

REFERÊNCIAS

As fontes encontram-se listadas no estilo Chicago autor-data e correspondem às citações numeradas no corpo do texto.

1. **World Bank Group.** 2024. "GDP \$822m." *World Bank Open Data*. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe>.
2. **World Bank Group.** s.d. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.worldbank.org/en/country/saotome/overview>.
3. **ERHC Energy.** s.d. "ERHC Energy." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.erhc.com/eez/>.
4. **World Bank Group.** 2025. "Mission 300." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/680a427c0554b887598d86080fdcc775-0010012025/original/Sao-Tome-National-Energy-Compact-Mission-300.pdf>.
5. **World Bank Group.** s.d. "WB Projects API." *World Bank Projects API*. Consultado em 16 de maio de 2026. https://search.worldbank.org/api/v3/projects?format=json&countrycode_exact=ST.
6. **International Monetary Fund.** 2024. "PR 24/490." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/12/19/pr24490-sao-tome-and-principe-imf-approves-new-new-40-month-agreement-under-ecf-arr>.
7. **International Monetary Fund.** 2025. "PR 25/438." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.imf.org/en/news/articles/2025/12/19/pr-25438-dem-rep-of-stp-imf-completes-2nd-rev-under-ecf-arrange-app-req-ext-and-aug-of-arrange>.
8. **European Commission.** 2025. *DG MARE*. Consultado em 16 de maio de 2026. https://oceans-and-fisheries.ec.europa.eu/news/eu-and-sao-tome-and-principe-renew-sustainable-fisheries-partnership-2025-10-06_en.
9. **World Bank Group.** 2023. "WB CPF FY24-29." *World Bank Documents and Reports*. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099121423162031487/bosib1002ab3430741837215ce3493252ba>.
10. **World Bank Group.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099063025084553375/txt/P177099-ce1f9730-8be2-457f-9982-24f47c1b72f6.txt>.
11. **AFAP portal.** s.d. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://afap.st/>.
12. **International Finance Corporation.** 2025. "IFC." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.ifc.org/en/pressroom/2025/ifc-appoints-ethiopia-afara-as-ifc-vice-president-for-africa>.
13. **Africa50.** 2025. "Africa50." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.africa50.com/media/news/article/africa50-appoints-global-leader-sergio-pimenta-to-spearhead-its-later-stage-africa-focused-infrastructure-acceleration-fund/>.
14. **African Development Bank Group.** 2025. "AfDB CPPR workshop." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/sao-tome-and-principe-african-development-bank-and-government-step-delivery-eu72-million-country-portfolio-drive-economic-diversification-87819>.

15. **African Development Bank Group.** 2025. "AfDB swearing-in." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/sidi-ould-tah-assumes-office-9th-president-african-development-bank-group-86473>.
16. **African Development Bank Group.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/sao-tome-and-principe-african-development-bank-group-approves-245-million-grant-power-clean-energy-future-92667>.
17. **African Development Bank Group.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-banks-219-million-grant-boost-sao-tome-and-principes-blue-economy-and-strengthen-food-security-89910>.
18. **African Development Bank Group.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-group-approves-79-million-grant-bolster-sao-tome-and-principes-economic-recovery-82195>.
19. **African Development Bank Group.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-strengthen-sao-tome-and-principes-economic-resilience-75-million-nigeria-trust-fund-grant-89496>.
20. **African Development Bank Group.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/sao-tome-and-principe-african-development-bank-group-approves-additional-89-million-gef-grant-strengthen-agricultural-and-fisheries-sectors-against-climate-shocks-87679>.
21. **Africa Energy Portal.** 2020. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://africa-energy-portal.org/news/sao-tome-and-principe-afdb-finances-energy-transition-programme>.
22. **GN-SEC.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.gn-sec.net/news/santo-amaro-photovoltaic-power-plant-driving-decarbonization-electricity-mix-sao-tome-and>.
23. **Téla Nón.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.telanon.info/sociedade/2025/12/27/51256/jivo-energy-constroi-central-solar-de-santo-amaro-em-sao-tome/>.
24. **African Development Bank Group.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/cop30-afdb-sefa-mobilises-nearly-eur50-million-new-commitments-just-energy-transition-and-mission-300-88744>.
25. **International Monetary Fund.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.imf.org/en/news/articles/2026/04/09/pr26109-sao-tome-and-principe-imf-completes-mission-third-review-ecf-arrangement>.
26. **AMAN Alliance.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://aman-alliance.org/Home/ContentDetail/100156>.
27. **European Union.** 2023. "EEAS announcement." Consultado em 16 de maio de 2026. https://www.eeas.europa.eu/eeas/eeas-high-representative-josep-borrell-announces-middle-and-senior-management-nominations_en.
28. **European Investment Bank.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.eib.org/en/press/all/2026-070-eib-global-invests-more-than-eur3-billion-in-africa-in-2025>.
29. **European Investment Bank.** s.d. "EIB." Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.eib.org/en/about/governance-and-structure/statutory-bodies/management-committee/members/nadia-calvino>.



30. **International Fund for Agricultural Development.** s.d. “IFAD STP country page.” Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.ifad.org/en/web/operations/w/country/sao-Tome-and-Principe>.
31. **International Fund for Agricultural Development.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.ifad.org/en/w/news/ifad-and-sao-tome-and-principe-sign-eur-4.6-million-grant-agreement-to-accelerate-the-shift-towards-sustainable-food-systems>.
32. **International Fund for Agricultural Development.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.ifad.org/en/w/corporate-documents/regions-countries/sao-tome-and-principe-country-strategy-note-2025-2026>.
33. **OPEC Fund for International Development.** 2024. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://publications.opecfund.org/view/79127750>.
34. **World Bank Group.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099030926213024441/pdf/P513432-e470c4d2-f51d-4984-8b24-c0ae7ebf3a6d.pdf>.
35. **Financial Afrik.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.financialafrik.com/en/2025/06/17/angola-hosts-the-25th-atidi-general-assembly-a-quarter-century-serving-african-trade-and-investment/>.
36. **African Development Bank Group.** 2026. “AfDB 8th Steering Committee press release.” Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/lusophone-compact-steering-committee-meets-washington-dc-enhance-cooperation-among-its-members-and-partners-92550>.
37. **Wikipedia contributors.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. https://en.wikipedia.org/wiki/China%E2%80%9335%3A3o_Tom%C3%A9_and_Pr%C3%AAdncipe_relations.
38. **Téla Nón.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.telanon.info/politica/2025/06/25/49106/china-oferta-3100-sistemas-de-energia-solar-as-familias-santomenses-que-nao-tem-acesso-a-energia/>.
39. **AidData.** s.d. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://china.aiddata.org/projects/30727/>.
40. **U.S. Department of State.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://travel.state.gov/en/international-travel/travel-advisories/sao-tome-and-principe.html>.
41. **United Nations.** 2022. “UN press release SG/A/2107.” Consultado em 16 de maio de 2026. <https://press.un.org/en/2022/sga2107.doc.htm>.
42. **United Nations.** 2022. “STP UN newsletter Jan-Jun 2022.” Consultado em 16 de maio de 2026. <https://saotomeeprincipe.un.org/pt/download/117845/202501>.
43. **AICEP Portugal Global.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://portugalglobal.pt/media/3byitjxd/stpi-vestmentforum-2025-programa.pdf>.
44. **Government of São Tomé and Príncipe.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://cip.gov.st/>.
45. **Best Citizens.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://bestcitizens.com/2026/04/17/sao-tome-cip-program-receives-220-applications>.
46. **Xinhua.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://english.news.cn/africa/20250113/bb2a5df8aecd44b58c904f3a522c43d3/c.html>.
47. **STP-Press.** 2026. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.stp-press.st/2026/02/03/29-dos-55-deputados-destituem-presidente-do-parlamento-celmira-sacramento/>.



48. **Jornal Económico.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/novo-conselho-de-administracao-do-banco-central-de-sao-tome-e-principe-tomou-posse-esta-quarta-feira/>.
49. **Portugal Pulse.** 2025. Consultado em 16 de maio de 2026. <https://www.portugalpulse.com/governor-wants-to-restore-the-credibility-of-the-sao-tome-central-bank/>.